

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS,
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

1.	CONTEXTO OPERACIONAL.....	3
2.	ENTIDADES DO GRUPO	3
3.	APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS	8
4.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
5.	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	15
6.	CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES	15
7.	TRIBUTOS A RECUPERAR.....	17
8.	TRIBUTOS DIFERIDOS.....	17
9.	PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	17
10.	ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÕES.....	19
11.	OUTROS CRÉDITOS.....	20
12.	INVESTIMENTOS	21
13.	IMOBILIZADO.....	29
14.	INTANGÍVEL	32
15.	FORNECEDORES	34
16.	TRIBUTOS A PAGAR	34
17.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	35
18.	DEBÊNTURES.....	39
19.	ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	41
20.	PROVISÕES.....	41
21.	CONTINGÊNCIAS.....	46
22.	BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO.....	52
23.	OUTROS DÉBITOS	53
24.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	53
25.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	56
26.	RESULTADO POR AÇÃO	56
27.	RECEITA LÍQUIDA	57
28.	FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	58
29.	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	59
30.	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	60
31.	RESULTADO FINANCEIRO	60
32.	CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO.....	61
33.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	61
34.	SEGUROS	75
35.	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	76
36.	TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA.....	78
37.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	79

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light S.A. (Companhia ou “Light”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

A Companhia é listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC) sob a sigla LGSXY.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia reclassificou todo o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo para o passivo circulante, assim como dos respectivos instrumentos financeiros de *swap* que acompanham as respectivas dívidas, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma vez que, somente em 11 de novembro de 2015, a Companhia concluiu as negociações com todos os credores e obteve os respectivos *waivers*. Maiores informações sobre os *covenants* financeiros estão divulgadas nas notas explicativas 17 e 18.

2. ENTIDADES DO GRUPO

a) Controladas Diretas

Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light SESA - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.

Light Energia S.A. (Light Energia - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividades principais: (a) estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. Compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Nova, com potência instalada total de 855 MW. A Light Energia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto:

- Central Eólica São Judas Tadeu Ltda. (São Judas Tadeu - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e

comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 18 MW.

- Central Eólica Fontainha Ltda. (Fontainha - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 16 MW.
- Lajes Energia S.A (Lajes Energia – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Piraí, Estado do Rio de Janeiro, que tem por objeto social a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW. Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transfere a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia. As obras de construção da PCH Lajes foram iniciadas em setembro de 2014, com previsão de conclusão no segundo trimestre de 2016.
- Renova Energia S.A. (Renova Energia – 15,9%) - Sociedade por ações de capital aberto, que atua na geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), usinas eólicas e solar. A Renova Energia tem participação direta ou indireta que totaliza 1.421,6 MW contratados, dos quais 552,5 MW estão em operação ou aptos a operar. A Renova Energia é controlada em conjunto pela Light Energia (15,9%), pela RR Participações S.A. (15,9% no bloco de controle), que não é parte relacionada, e pela Cemig Geração e Transmissão S.A – Cemig GT (27,3% no bloco de controle). Em 15 de julho de 2015, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações (“CCVA”) da Light Energia com a SunEdison, INC. (“SunEdison”). Para maiores detalhes, vide nota explicativa 12. Abaixo apresentamos as empresas nas quais a Renova Energia participa:

Participações - RENOVA ENERGIA					
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	(d)	100,00%	Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	(i)	99,99%
Energética Serra da Prata S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Amescla S.A.	(i)	99,99%
Renova PCH Ltda.	(d)	99,00%	Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	(i)	99,99%
Chipley SP Participações S.A.	(d)	100,00%	Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.	(i)	99,99%
Renova Eólica Participações S.A. (Holding)	(i)	100,00%	Centrais Eólicas Manineiro S.A.	(i)	99,99%
Centrais Eólicas da Prata S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	(d)	99,00%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	(d)	99,00%
Centrais Elétricas Morrão S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Canjoão S.A.	(d)	99,00%
Centrais Elétricas Seraíma S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	(d)	99,00%
Centrais Elétricas Tanque S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	(d)	99,00%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	(d)	99,00%
Centrais Eólicas Ametista S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Macambira S.A.	(d)	99,00%
Centrais Elétricas Borgo S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Tamboril S.A.	(d)	99,00%
Centrais Eólicas Caetité S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Tingui S.A.	(d)	99,00%
Centrais Elétricas Dourados S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	(d)	99,00%
Centrais Eólicas Espigão S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Calianira S.A.	(d)	100,00%
Centrais Elétricas Maron S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Cansação S.A.	(d)	99,00%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Embirçu S.A.	(d)	99,00%
Centrais Eólicas Pilões S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Ico S.A.	(d)	100,00%
Centrais Elétricas Serra do Espinhaço S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	(d)	99,00%
Nova Energia S.A.	(d)	100,00%	Centrais Eólicas Jataí S.A.	(i)	99,99%
Centrais Eólicas Abil S.A.	(i)	99,99%	Renovapar S.A.	(d)	100,00%
Centrais Eólicas Acácia S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Lençóis S.A.	(d)	99,00%
Centrais Eólicas Angico S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Conquista S.A.	(d)	99,00%
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	(d)	99,00%
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	(i)	99,99%	Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	(d)	99,99%
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	(i)	99,99%	Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding)	(i)	99,99%
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas São Salvador S.A.	(i)	99,99%
Centrais Eólicas Tabua S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Botuquara S.A.	(d)	99,00%
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Cedro S.A.	(i)	99,99%
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	(i)	99,99%	Centrais Elétricas Itaparica S.A.	(d)	99,00%
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	(i)	99,99%	Centrais Eólicas Bela Vista XIV LTDA.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 7 LTDA.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 8 LTDA.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 9 LTDA.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 10 LTDA.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 11 LTDA.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 12 LTDA.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 13 LTDA.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 14 LTDA.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 15 LTDA.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 16 LTDA.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 18 LTDA.	(d)	99,00%
			Renova Comercializadora de Energia S.A.	(d)	100,00%
			Centrais Eólicas Bela Vista XV LTDA.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Itapua IV LTDA.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Itapua V LTDA.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Itapua VII LTDA.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Itapua XV LTDA.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Itapua XX LTDA.	(d)	99,00%
			Centrais Eólicas Angelim S.A.	(i)	99,99%
			Centrais Eólicas Facheio S.A.	(i)	99,99%
			Centrais Elétricas Sabiu S.A.	(i)	99,99%
			Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	(i)	99,99%
			Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	(i)	99,99%
			Centrais Eólicas Putumaju S.A.	(i)	99,99%
			Brasil PCH S.A.	(i)	51,00%
			Terraform Global Inc	(d)	11,37%

(d) Controlada direta da Renova

(i) Controlada indireta da Renova

- Guanhães Energia S.A. (Guanhães Energia - 51%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, em fase pré-operacional, com sede na cidade de Belo Horizonte – MG, criada com a finalidade de implantar e explorar quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), situadas no estado de Minas Gerais, que totalizam 44,0 MW de Potência Instalada. Controlada em conjunto pela Light Energia (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%). O projeto foi impactado por questões geológicas e ambientais, ocasionando postergação na data prevista para entrada em operação das PCHs. Em 21 de agosto de 2015, as PCHs sagraram-se vencedoras no Leilão A-3, em que a energia foi comercializada pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018. A primeira Unidade Geradora tem previsão de entrar em operação em março de 2016, enquanto a previsão da última é dezembro de 2016 ⁽¹⁾.

Light Esco Prestação de Serviços S.A. (Light Esco - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais e prestação de serviços de consultoria no setor de energia. Participa do consórcio Maracanã Solar de exploração de uma usina fotovoltaica, instalada na cobertura do estádio do Maracanã (51%). A EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Ltda participa com 49%. A Light Esco obteve junto à Aneel autorização para tornar-se produtor independente de energia elétrica.

Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (Lightcom - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP, que tem como objetivo a compra, venda, importação, exportação e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.

Itaocara Energia Ltda. (Itaocara Energia - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica. Participa do Consórcio UHE Itaocara, constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara (51%). A Cemig GT participa com 49%. Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela ANEEL, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara I. O empreendimento será construído no Rio Paraíba do Sul e terá capacidade instalada de 150,0 MW. Em 23 de outubro de 2015, o contrato de concessão foi assinado pelo Consórcio UHE Itaocara. A primeira Unidade Geradora tem previsão de entrar em operação em maio de 2018, enquanto a previsão da última é julho de 2018 ⁽¹⁾.

Light Soluções em Eletricidade Ltda. (Light Soluções - 100%) - Sociedade limitada que tem como atividade principal a prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.

Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (Instituto Light - 100%) - Pessoa Jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, que tem como objetivo participar

em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.

b) Controladas em conjunto

Lightger S.A. (Lightger) - Sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo a participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. A PCH Paracambi entrou em operação no terceiro trimestre de 2012. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Cemig GT (49%).

Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (Axxiom) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).

Energia Olímpica S.A. (Energia Olímpica) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem por objetivo a implantação da subestação Vila Olímpica e de duas linhas subterrâneas de 138 kV que se conectarão à subestação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (50,1%) e por Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas (49,9%).

Amazônia Energia Participações S.A. (Amazônia Energia) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (NESA), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital, com influência significativa na administração, mas sem controle em conjunto. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão nº 001/10 com a União através do MME – Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL). A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A previsão para a última Unidade Geradora entrar em operação é janeiro de 2019 ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Os dados sobre a previsão da entrada em operação não foram revisados pelos auditores independentes.

Consolidação do Grupo Light

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as participações societárias da Companhia e suas controladas, que estão consolidadas nas seguintes bases abaixo apresentadas:

	30.09.2015		31.12.2014	
	Percentual de participação (%) Direta	Percentual de participação (%) Indireta	Percentual de participação (%) Direta	Percentual de participação (%) Indireta
Light Serviços de Eletricidade S.A.	100,0	-	100,0	-
Light Energia S.A.	100,0	-	100,0	-
Central Eólica Fontainha Ltda.	-	100,0	-	100,0
Central Eólica São Judas Tadeu Ltda.	-	100,0	-	100,0
Lajes Energia S.A.	-	100,0	-	100,0
Light Esco Prestação de Serviços S.A.	100,0	-	100,0	-
Lightcom Comercializadora de Energia S.A.	100,0	-	100,0	-
Light Soluções em Eletricidade Ltda.	100,0	-	100,0	-
Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social	100,0	-	100,0	-
Itaocara Energia Ltda.	100,0	-	100,0	-

c) Concessões e autorizações do Grupo Light

Segue abaixo um quadro resumo das concessões e autorizações do Grupo Light vigentes em 30 de setembro de 2015:

Concessões / autorizações	Data do ato	Data de Vencimento
Light SESA e Light Energia	jun/1996	jun/2026
PCH Paracambi - Lightger	fev/2001	fev/2031
PCH Lajes - Lajes Energia	jul/2014	jun/2026
Centrais Eólicas - Renova Energia	mar/2011 até mai/2011	mar/2046 até mai/2046
Centrais Eólicas - Renova Energia	mar/2012 e abr/2012	mar/2047 e abril/2047
Centrais Eólicas - Renova Energia	mai/2013 até nov/2013	mai/2048 até nov/2048
Centrais Eólicas - Renova Energia	mar/2014 até ago/2014	mar/2049 até ago/2049
Centrais Eólicas - Renova Energia	mar/2015 até nov/2015	mar/2050 até nov/2050
PCH Cachoeira da Lixa - Renova Energia	dez/2003	dez/2033
PCH Colino 2 - Renova Energia	dez/2003	dez/2033
PCH Colino 1 - Renova Energia	dez/2003	dez/2033
Brasil PCH S.A - Renova Energia	dez/1999 até nov/2003	dez/2029 até nov/2033
PCH Dores de Guanhões - Guanhões Energia	nov/2002	nov/2032
PCH Senhora do Pôrto - Guanhões Energia	out/2002	out/2032
PCH Jacaré - Guanhões Energia	out/2002	out/2032
PCH Fortuna II - Guanhões Energia	dez/2001	dez/2031
Consórcio UHE Itaocara	out/2015	out/2045

3. APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A autorização para conclusão das informações financeiras intermediárias foi dada pela Administração da Companhia em 12 de novembro de 2015.

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias da controladora, identificadas como Controladora, e as informações financeiras intermediárias consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias individuais ambas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com o BR GAAP e IFRS, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, publicadas em 20 de março de 2015. As práticas contábeis adotadas para estas informações financeiras intermediárias são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

Com a entrada em vigor, a partir de 01 de janeiro de 2015, do novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – “MCSE”, emitido pela Aneel, a Administração optou por alinhar a apresentação da demonstração do resultado com esta orientação por entender que retrata mais adequadamente as operações da Companhia, embora não fosse requerido para fins societários. Seguem as reclassificações efetuadas com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor elétrico: (i) reclassificações entre custos operacionais e despesas gerais e administrativas, eliminando-se as despesas de vendas; (ii) a variação cambial, pelo seu faturamento, sobre energia comprada de Itaipu como despesa ou receita financeira, ao invés de apresentá-la como aumento ou redução do custo com energia comprada; (iii) a multa por violação de indicadores de continuidade (DIC/FIC) classificada como despesa operacional, anteriormente apresentada como despesa financeira; (iv) o encargo setorial CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos como encargo do consumidor, apresentado na receita líquida, ao invés de apresentá-lo como custo operacional, apresentado como outros.

Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nas demonstrações do resultado consolidado dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e na demonstração do valor adicionado (DVA) no período de nove meses findos em setembro de 2014. As reclassificações acima não impactaram no resultado líquido desses períodos.

- i. Demonstração do resultado consolidado, período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014.

	3º Trimestre		
	01.07.2014 a 30.09.2014 Publicado	Reclassificações	01.07.2014 a 30.09.2014 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	1.837.633	(4.047)	1.833.586
CUSTO DA OPERAÇÃO	(1.597.520)	5.192	(1.592.328)
Energia comprada para revenda	(1.138.956)	10.410	(1.128.546)
Pessoal	(42.204)	(2.735)	(44.939)
Materiais	(1.512)	(2.349)	(3.861)
Serviços de terceiros	(45.628)	(20.816)	(66.444)
Depreciações e amortizações	(94.213)	8.805	(85.408)
Custo de construção	(256.558)	-	(256.558)
Outras	(18.449)	11.877	(6.572)
LUCRO BRUTO	240.113	1.145	241.258
DESPESAS OPERACIONAIS	(162.033)	6.595	(155.438)
Despesas com vendas	(56.934)	56.934	-
Despesas gerais e administrativas	(102.027)	(50.339)	(152.366)
Outras despesas	(3.072)	-	(3.072)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(735)	-	(735)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	77.345	7.740	85.085
RESULTADO FINANCEIRO	(156.813)	(7.740)	(164.553)
Receita	123.631	-	123.631
Despesa	(280.444)	(7.740)	(288.184)
PREJUÍZO ANTES DO IR E CSLL	(79.468)	-	(79.468)
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.443	-	7.443
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.930	-	18.930
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(53.095)	-	(53.095)

	Acumulado 9 meses		
	01.01.2014 a 30.09.2014 Publicado	Reclassificações	01.01.2014 a 30.09.2014 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	5.935.640	(14.098)	5.921.542
CUSTO DA OPERAÇÃO	(4.838.219)	(62.219)	(4.900.438)
Energia comprada para revenda	(3.597.745)	4.584	(3.593.161)
Pessoal	(143.885)	(9.442)	(153.327)
Materiais	(19.397)	821	(18.576)
Serviços de terceiros	(140.190)	(80.562)	(220.752)
Depreciações e amortizações	(274.075)	3.146	(270.929)
Custo de construção	(634.385)	-	(634.385)
Outras	(28.542)	19.234	(9.308)
LUCRO BRUTO	1.097.421	(76.317)	1.021.104
DESPESAS OPERACIONAIS	(520.332)	51.981	(468.351)
Despesas com vendas	(172.283)	172.283	-
Despesas gerais e administrativas	(324.240)	(120.302)	(444.542)
Outras receitas	170	-	170
Outras despesas	(23.979)	-	(23.979)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(7.490)	-	(7.490)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	569.599	(24.336)	545.263
RESULTADO FINANCEIRO	(347.439)	24.336	(323.103)
Receita	217.500	-	217.500
Despesa	(564.939)	24.336	(540.603)
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	222.160	-	222.160
Imposto de renda e contribuição social correntes	(89.467)	-	(89.467)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.005	-	10.005
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	142.698	-	142.698

ii. Demonstração do valor adicionado consolidado, período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014.

	01.01.2014 a 30.09.2014 Publicado	Reclassificações	01.01.2014 a 30.09.2014 Reapresentado
Receitas	8.705.802	-	8.705.802
Venda de mercadorias, produtos e serviços	8.148.399	-	8.148.399
Receitas referentes à construção de ativos próprios	648.614	-	648.614
Provisão/reversão créditos de liquidação duvidosa	(91.211)	-	(91.211)
Insumos adquiridos de terceiros	(4.581.481)	(24.336)	(4.605.817)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(3.597.745)	4.584	(3.593.161)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(983.736)	(28.920)	(1.012.656)
Valor adicionado bruto	4.124.321	(24.336)	4.099.985
Retenções	(306.230)	-	(306.230)
Depreciação e amortização	(306.230)	-	(306.230)
Valor adicionado líquido produzido	3.818.091	(24.336)	3.793.755
Valor adicionado recebido em transferência	210.010	-	210.010
Resultado de equivalência patrimonial	(7.490)	-	(7.490)
Receitas financeiras	217.500	-	217.500
Valor adicionado total a distribuir	4.028.101	(24.336)	4.003.765
Distribuição do valor adicionado	4.028.101	(24.336)	4.003.765
Pessoal	255.272	-	255.272
Remuneração direta	192.604	-	192.604
Benefícios	40.713	-	40.713
FGTS	18.453	-	18.453
Outros	3.502	-	3.502
Impostos, taxas e contribuições	2.977.246	-	2.977.246
Federais	1.179.352	-	1.179.352
Estaduais	1.790.256	-	1.790.256
Municipais	7.638	-	7.638
Remuneração de capitais de terceiros	652.885	(24.336)	628.549
Juros	588.537	(24.336)	564.201
Aluguéis	50.250	-	50.250
Outras	14.098	-	14.098
Remuneração de capitais próprios	142.698	-	142.698
Lucros retidos	142.698	-	142.698

- a) Novos pronunciamentos emitidos e alterações nas normas que entraram em vigor desde 1º de janeiro de 2015

Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) - Plano de Benefício Definido: Contribuição ao empregado - As alterações à IAS 19 /CPC 33 (R1) esclarecem como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros para planos de benefício definido, dependendo se essas contribuições dependem do número de anos de serviços prestados pelo empregado. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa alteração à norma existente.

Melhorias anuais às IFRSs - Ciclo 2011-2013

- As alterações na IFRS 3/CPC 15: Esclarecem que o IFRS 3 não se aplica na contabilização da formação de todos os tipos de operações compartilhadas na demonstração financeira da empresa de controle compartilhado.
- As alterações na IFRS 13/CPC 46: Esclarecem que o escopo das alternativas de exceções para a mensuração do valor justo de um grupo de ativos financeiros e passivos financeiros em bases compensadas incluem todos os contratos que estão dentro do escopo ou registrados de acordo com a IAS 39/CPC 38 ou IFRS 9, mesmo se os contratos não se enquadrarem na definição de ativos financeiros ou passivos financeiros pela IAS 32/CPC 39.
- As alterações da IAS 40/CPC 28: Esclarece que a IAS 40/CPC 28 e a IFRS 3/CPC 15 não são mutuamente excludentes e a aplicação de ambas as normas pode ser requerida.

A Administração não identificou impactos decorrentes dessas alterações às normas existentes.

Melhorias anuais às IFRSs - Ciclo 2010-2012

- Alterações na IFRS 2/CPC 10: Alteram a definição de “condição de aquisição” (*vesting condition*) e “condição de mercado” (*market condition*), além de adicionar “condição de performance” (*performance condition*) e “condição de serviço” (*service condition*), que anteriormente estavam incluídas na definição de *vesting condition*.
- Alterações na IFRS 3/CPC 15: Esclarecem que as considerações de contingências que são classificadas como um ativo ou passivo devem ser mensuradas pelo valor justo a cada data de reporte.
- Alterações na IFRS 8/CPC 22: Requer que uma entidade divulgue os julgamentos efetuados pela Administração ao aplicar o critério de agregação de segmentos operacionais, além de esclarecer que a reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportados e o total dos

ativos da companhia deve ser feita apenas se os ativos por segmento são regularmente utilizados pelo corpo executivo tomador de decisão.

- As alterações na base para as conclusões da IFRS 13/CPC 46: Esclarecem que a emissão desse IFRS não elimina a possibilidade de mensuração de recebíveis e obrigações a curto prazo sem incidência de juros pelo montante da nota fiscal, sem descontos, caso o efeito desse desconto seja imaterial.
- Alterações das IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04: removem inconsistências observadas na contabilização de depreciação e amortização acumulada quando um item de ativo imobilizado ou ativo intangível é reavaliado. As alterações da norma esclarecem que o valor contábil bruto é ajustado de forma consistente com a reavaliação do valor do ativo e que a depreciação/amortização acumulada é a diferença entre o valor bruto do bem e o valor do bem após serem consideradas perdas de *impairment* acumuladas.

A Administração não identificou impactos decorrentes dessas alterações às normas existentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Numerário disponível	135	287	51.898	21.677
Aplicações Financeiras de liquidez imediata				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	16.863	14.125	93.396	379.461
TOTAL	16.998	14.412	145.294	401.138

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como característica alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

A remuneração média das aplicações é de 98,8% do CDI em 30 de setembro de 2015 (100,2% do CDI em 31 de dezembro de 2014).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 33.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	103.087	104.698
Fundo de investimento - Fundo Pampulha		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	115.346	-
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	18.305	-
Letra Financeira (LF)	73.242	-
Debêntures	25.996	-
Outros	888	-
TOTAL	336.864	104.698

São representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia, (ii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica, (iii) recursos destinados ao pré-pagamento de dívidas, (iv) fundos de investimentos e (v) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 102,7% do CDI em 30 de setembro de 2015 (91,5% do CDI em 31 de dezembro de 2014).

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	Consolidado					
	30.09.2015			31.12.2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecimento faturado	1.710.917	-	1.710.917	1.265.411	-	1.265.411
Fornecimento não faturado	441.920	-	441.920	421.689	-	421.689
Parcelamento de débitos	100.768	175.953	276.721	84.191	147.008	231.199
Comercialização no ambiente livre	134.780	-	134.780	146.404	-	146.404
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	21.177	-	21.177	16.398	-	16.398
Outras contas a receber	3.380	58.727	62.107	1.730	64.539	66.269
	2.412.942	234.680	2.647.622	1.935.823	211.547	2.147.370
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(654.607)	-	(654.607)	(555.144)	-	(555.144)
TOTAL	1.758.335	234.680	1.993.015	1.380.679	211.547	1.592.226

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

No período de nove meses de 2015, foram realizadas baixas de clientes incobráveis no montante de R\$487 (R\$41.576 no período de nove meses de 2014). As baixas foram realizadas contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa já constituída, não gerando, assim, impacto no resultado do período.

Os saldos de parcelamentos de débitos encontram-se ajustados a valor presente, quando aplicável. O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação relevante de renegociação de dívida dos consumidores (parcelamento de débitos), com base na taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação, sendo em média 12% a.a.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

FORNECIMENTO FATURADO E PARCELAMENTO	Saldos a vencer	Saldos vencidos				TOTAL		PCLD	
		Até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Residencial	294.665	183.344	63.067	78.876	100.274	720.226	528.314	(242.217)	(153.396)
Industrial	53.095	12.417	1.755	1.844	75.017	144.128	109.732	(72.183)	(71.594)
Comercial	215.490	58.572	17.790	14.760	257.237	563.849	527.504	(266.785)	(252.410)
Rural	1.181	940	137	150	3.243	5.651	2.287	(2.881)	(401)
Poder Público	85.715	81.406	46.081	40.924	85.217	339.343	246.895	(59.347)	(66.227)
Iluminação Pública	41.757	39.198	6.083	6.415	12.343	105.796	49.264	(6.224)	(6.204)
Serviço Público	29.094	28.645	31.193	11.313	8.400	108.645	32.614	(4.970)	(4.912)
TOTAL	720.997	404.522	166.106	154.282	541.731	1.987.638	1.496.610	(654.607)	(555.144)

Seguem abaixo as movimentações da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD consolidada nos períodos de 2015 e 2014:

SALDO EM 31.12.2014 (555.144)

(Adições) / Reversões (99.950)

Baixas 487

SALDO EM 30.09.2015 (654.607)

SALDO EM 31.12.2013 (461.561)

(Adições) / Reversões (91.211)

Baixas 41.576

SALDO EM 30.09.2014 (511.196)

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na nota explicativa 33.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado					
	30.09.2015			31.12.2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	85.961	98.081	184.042	89.657	89.233	178.890
ICMS a compensar	62.827	97.018	159.845	66.082	88.171	154.253
PIS e COFINS a compensar	2.253	-	2.253	4.259	-	4.259
Outros	20.881	1.063	21.944	19.316	1.062	20.378
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	95.042	-	95.042	30.556	-	30.556
Créditos fiscais	56.577	-	56.577	30.147	-	30.147
Antecipações	38.465	-	38.465	409	-	409
TOTAL	181.003	98.081	279.084	120.213	89.233	209.446

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado					
	30.09.2015			31.12.2014		
	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Líquido Diferido	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Líquido Diferido
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	915.775	(682.304)	233.471	751.461	(500.306)	251.155
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	217.427	-	217.427	182.743	-	182.743
Provisão para participação nos lucros e resultados	6.861	-	6.861	8.650	-	8.650
Provisões para riscos trabalhistas	50.782	-	50.782	52.525	-	52.525
Provisões para riscos fiscais	61.734	-	61.734	60.439	-	60.439
Provisões para riscos cíveis	55.724	-	55.724	50.973	-	50.973
Complemento plano de pensão - CVM 695/12	10.872	-	10.872	10.872	-	10.872
Outros	59.066	-	59.066	69.083	-	69.083
Prejuízos fiscais	331.089	-	331.089	230.257	-	230.257
Base negativa de contribuição social	122.220	-	122.220	85.919	-	85.919
Remuneração do ativo financeiro	-	(259.258)	(259.258)	-	(217.787)	(217.787)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(218.809)	(218.809)	-	(70.743)	(70.743)
Custo atribuído Light Energia	-	(204.237)	(204.237)	-	(211.776)	(211.776)
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO BRUTO	915.775	(682.304)	233.471	751.461	(500.306)	251.155
Apresentação pelo líquido	(420.967)	420.967	-	(277.638)	277.638	-
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO LÍQUIDO	494.808	(261.337)	233.471	473.823	(222.668)	251.155

9. PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

A rubrica representa os saldos a receber e/ou a pagar relativos a parcela A e outros itens financeiros incorridos e ainda não realizados pela tarifa da distribuidora de energia (Light SESA).

Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de concessão para distribuição pela controlada Light SESA, que assegurou o direito e o dever de que os saldos remanescentes de eventual insuficiência ou ressarcimento pela tarifa ao término deste contrato de concessão serão acrescentados ou abatidos do valor da indenização dos bens não depreciados ou amortizados, o que permitiu o reconhecimento dos saldos de tais ativos e passivos regulatórios.

Segue abaixo a composição do saldo de itens da Parcela A e outros itens financeiros:

	30.09.2015					
	Circulante		Não circulante		Total	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Itens da Parcela A	1.019.005	(221.735)	89.181	(19.334)	1.108.186	(241.069)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	171.758	-	15.461	-	187.219	-
Custo de aquisição de energia	816.618	-	71.176	-	887.794	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(215.236)	-	(18.743)	-	(233.979)
PROINFA	614	(6.499)	-	(591)	614	(7.090)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	6.114	-	552	-	6.666	-
Transporte de energia pela rede básica	23.901	-	1.992	-	25.893	-
Itens Financeiros	20.110	(192.637)	1.710	(17.479)	21.820	(210.116)
Outros itens financeiros	15.666	(214)	1.404	-	17.070	(214)
Sobrecontratação de energia / exposição involuntária	4.444	(180.442)	306	(16.404)	4.750	(196.846)
Neutralidade da Parcela A	-	(11.981)	-	(1.075)	-	(13.056)
ATIVO / (PASSIVO) Parcela A e outros itens financeiros bruto	1.039.115	(414.372)	90.891	(36.813)	1.130.006	(451.185)
Apresentação pelo líquido	(414.372)	414.372	(36.813)	36.813	(451.185)	451.185
TOTAL LÍQUIDO (Sem majoração de PIS/COFINS)	624.743	-	54.078	-	678.821	-
Majoração de Alíquotas de PIS/COFINS (Nota 16)	57.789	-	5.002	-	62.791	-
ATIVO / (PASSIVO) Parcela A e outros itens financeiros líquido	682.532	-	59.080	-	741.612	-

	31.12.2014					
	Circulante		Não circulante		Total	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Itens da Parcela A	549.409	(139.170)	361.585	(127.059)	910.994	(266.229)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	23.033	-	9.022	-	32.055	-
Custo de aquisição de energia	488.852	-	330.632	-	819.484	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(139.170)	-	(127.059)	-	(266.229)
PROINFA	7.729	-	147	-	7.876	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	681	-	766	-	1.447	-
Transporte de energia pela rede básica	29.114	-	21.018	-	50.132	-
Itens Financeiros	148.987	(30.660)	256.743	-	405.730	(30.660)
Outros itens financeiros	16.632	(16.140)	-	-	16.632	(16.140)
Sobrecontratação de energia / exposição involuntária	132.355	-	256.743	-	389.098	-
Neutralidade da Parcela A	-	(14.520)	-	-	-	(14.520)
ATIVO / (PASSIVO) Parcela A e outros itens financeiros bruto	698.396	(169.830)	618.328	(127.059)	1.316.724	(296.889)
Apresentação pelo líquido	(169.830)	169.830	(127.059)	127.059	(296.889)	296.889
TOTAL LÍQUIDO (Sem majoração de PIS/COFINS)	528.566	-	491.269	-	1.019.835	-
Majoração de Alíquotas de PIS/COFINS (Nota 16)	48.892	-	45.443	-	94.335	-
ATIVO / (PASSIVO) Parcela A e outros itens financeiros líquido	577.458	-	536.712	-	1.114.170	-

Segue abaixo a movimentação do saldo de itens da Parcela A e outros itens financeiros no período de nove meses de 2015:

SALDO EM 31.12.2014	1.114.170
(+) Constituição ^(a)	1.023.189
(-) Amortização ^(a)	(439.318)
(-) Recebimento de recursos de Conta ACR e CCRBT ^(a)	(1.027.580)
(+) Atualização Selic (Nota 31)	71.151
SALDO EM 30.09.2015	741.612

^(a) Saldos reconhecidos no resultado em Receita Líquida, na rubrica Parcela A e outros itens financeiros – Receita não faturada (vide nota 27).

Segue abaixo a movimentação do saldo de itens da Parcela A e outros itens financeiros líquido e sem o efeito da majoração de PIS/COFINS por ciclo tarifário:

	Homologado pela Aneel no reajuste de 07.11.2014	Próximos Reajustes Tarifários	Total
Saldo Homologado pela Aneel no reajuste de 07.11.2014	565.819	-	565.819
Parcela A e Outros Itens Financeiros (Amortização/Constituição)	(135.506)	589.522	454.016
SALDO EM 31.12.2014	430.313	589.522	1.019.835
Parcela A e Outros Itens Financeiros (Amortização/Constituição)	(400.424)	1.086.990	686.566
Aporte Conta ACR	-	(545.000)	(545.000)
Aporte CCRBT	-	(482.580)	(482.580)
SALDO EM 30.09.2015	29.889	648.932	678.821

10. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÕES

Representa os valores a serem recebidos ao final da concessão do poder concedente, ou para quem este delegar, a título de indenizações pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão da controlada Light SESA.

Movimentação dos saldos, líquidos de obrigações especiais, referentes ao ativo indenizável ao final da concessão, nos períodos de 2015 e 2014:

SALDO EM 31.12.2014	2.446.443
Adições ^(a)	299.401
Transferência de Obrigações Especiais ^(b)	(212.394)
Atualização a Valor Novo de Reposição (VNR) ^(c)	121.974
Baixas	(1.863)
SALDO EM 30.09.2015	2.653.561

SALDO EM 31.12.2013	1.926.226
Adições ^(a)	257.809
Atualização a Valor Novo de Reposição (VNR) ^(c)	32.004
Baixas	(1.104)
SALDO EM 30.09.2014	2.214.935

^(a) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01 (vide nota explicativa 14).

^(b) Obrigação especial referente ao valor recebido na tarifa para ser investido no programa de combate a perda (vide nota explicativa 14).

^(c) IGPM sobre o ativo financeiro indenizável homologado no último processo de revisão tarifária.

11. OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado					
	30.09.2015			31.12.2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Fornecedores	84.794	-	84.794	91.166	-	91.166
Contribuição Iluminação Pública	40.879	-	40.879	35.768	-	35.768
Dispêndios a Reembolsar	46.769	-	46.769	27.140	-	27.140
Subvenção Baixa Renda	8.238	-	8.238	18.614	-	18.614
Subvenção CDE ^(a)	22.238	-	22.238	63.462	-	63.462
Aporte Bandeiras Tarifárias ^(b)	88.379	-	88.379	-	-	-
Bens e Direitos Destinados a Alienação	-	2.147	2.147	-	2.147	2.147
Outros ^(c)	48.406	639	49.045	46.473	639	47.112
TOTAL	339.703	2.786	342.489	282.623	2.786	285.409

^(a) Inclui subvenção decorrente dos Decretos nº 7.945/13 e 8.221/14.

^(b) Resolução Normativa da Aneel 649/2015 (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária – CCRBT). Vide nota explicativa 27.

^(c) Referente a outros créditos de naturezas diversas.

12. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Avaliados por equivalência patrimonial: *				
Light SESA	2.446.180	2.481.594	-	-
Light Energia	876.755	777.818	-	-
Renova Energia ^(b)	-	-	570.925	514.543
Guanhães Energia ^{(a)(b)}	-	-	55.333	86.766
Light Esco	96.593	100.826	-	-
Lightcom	45.028	28.100	-	-
Light Soluções	2.734	3.097	-	-
Lightger	39.146	40.488	39.146	40.488
Itaocara Energia ^(a)	27.563	24.797	-	-
Axxiom	24.905	24.598	24.905	24.598
Amazônia Energia ^(a)	167.287	138.631	167.287	138.631
SUBTOTAL	3.726.191	3.619.949	857.596	805.026
Ágio por rentabilidade futura	2.034	2.034	2.034	2.034
Outros Investimentos permanentes	-	-	19.467	19.587
SUBTOTAL	2.034	2.034	21.501	21.621
TOTAL DO INVESTIMENTO	3.728.225	3.621.983	879.097	826.647

^(a) Empresa em fase pré-operacional

^(b) Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido ajustado para fins de equivalência patrimonial

* SPE Olímpica e Instituto Light não possuíam saldos nos períodos apresentados.

Informações sobre as companhias controladas (consolidadas) e controladas em conjunto (equivalência patrimonial e saldos proporcionais) apresentados abaixo:

Controladas e controladas em conjunto - Participações		Controladora							
		Patrimônio Líquido		Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a receber		Dividendos e Juros sobre Capital Próprio recebidos		Lucro / (Prejuízo) do período	
		30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2015	30.09.2014
Light SESA	100,0%	2.446.180	2.481.594	(82.906)	(82.906)	-	-	(35.414)	(17.925)
Light Energia	100,0%	876.755	777.818	(66.917)	(66.917)	-	-	98.936	122.235
Light Esco	100,0%	96.593	100.826	-	-	-	-	(3.917)	8.264
Lightcom	100,0%	45.028	28.100	-	-	(46.108)	-	63.036	38.584
Light Soluções	100,0%	2.734	3.097	(329)	(329)	-	-	(363)	90
Lightger	51,0%	39.146	40.488	-	-	-	-	(1.342)	1.088
Itaocara Energia	100,0%	27.563	24.797	-	-	-	-	(715)	(329)
Axxiom	51,0%	24.905	24.598	-	-	(227)	-	639	(1.240)
Amazônia Energia	25,5%	167.287	138.631	-	-	-	-	(1.166)	(1.065)
		3.726.191	3.619.949	(150.152)	(150.152)	(46.335)	-	119.694	149.702

Consolidado									
Controladas em conjunto - Participações	Patrimônio líquido		Recursos destinados a aumento de capital		Dividendos e Juros sobre Capital Próprio recebidos		Lucro / (Prejuízo) do período		
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2015	30.09.2014	
Light Energia									
Renova Energia	15,9%	459.995	402.137	-	-	-	61.715	(2.720)	
Guanhães Energia	51,0%	39.104	70.180	-	-	-	(9.308)	-	
Light Esco									
EBL Energia	33,3% ^(a)	-	-	-	-	-	-	(41)	
Lightger	51,0%	39.146	40.488	-	-	-	(1.342)	1.088	
Axxiom	51,0%	24.905	24.598	-	14.994	(227)	639	(1.240)	
Amazônia Energia	25,5%	167.287	138.631	-	-	-	(1.166)	(1.065)	
		730.437	676.034	-	14.994	(227)	50.538	(3.978)	

^(a) Participação de 33,3% até novembro de 2014, mas 0,0% em 31 de dezembro de 2014 e em 30 de setembro de 2015.

Outras informações:

Controladora				
Controladas e controladas em conjunto	Capital social integralizado		Total do Ativo	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Light SESA	2.082.365	2.082.365	11.629.531	10.929.522
Light Energia	77.422	77.422	2.592.338	2.206.971
Light Esco	79.584	79.584	241.076	259.569
Lightcom	4.500	4.500	126.344	110.559
Light Soluções	1.350	1.350	5.906	4.331
Lightger	40.408	40.408	93.851	97.810
Itaocara Energia	34.347	30.865	31.044	27.832
Axxiom	23.766	8.772	45.556	42.697
Amazônia Energia	176.995	143.481	167.287	139.323

Consolidado				
Controladas em conjunto	Capital social integralizado		Total do Ativo	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Light Energia				
Renova Energia	407.543	407.480	917.180	885.159
Guanhães Energia	70.180	70.180	141.890	160.794
Lightger	40.408	40.408	93.851	97.810
Axxiom	23.766	8.772	45.556	42.697
Amazônia Energia	176.995	143.481	167.288	139.323

Movimentação dos investimentos nas controladas (consolidadas) e controladas em conjunto (equivalência patrimonial) nos períodos de 2015 e 2014:

	Controladora						30.09.2015
	31.12.2014	Aumento de capital	Recursos destinados a aumento de capital	Dividendos / JCP	Equivalência Patrimonial		
					Outros	Resultado	
Light SESA	2.481.594	-	-	-	-	(35.414)	2.446.180
Light Energia	777.818	-	-	-	1	98.936	876.755
Light Esco	100.826	-	-	-	(316)	(3.917)	96.593
Lightcom	28.100	-	-	(46.108)	-	63.036	45.028
Light Soluções	3.097	-	-	-	-	(363)	2.734
Lightger	40.488	-	-	-	-	(1.342)	39.146
Itaocara Energia	24.797	3.482	-	-	(1)	(715)	27.563
Axxiom	24.598	14.994	(14.994)	(227)	(105)	639	24.905
Amazônia Energia	138.631	33.514	-	-	(3.692)	(1.166)	167.287
TOTAL	3.619.949	51.990	(14.994)	(46.335)	(4.113)	119.694	3.726.191

	Controladora						30.09.2014
	31.12.2013	Aumento de capital	Recursos destinados a aumento de capital	Dividendos / JCP	Equivalência Patrimonial		
					Outros	Resultado	
Light SESA	2.436.463	-	-	(201.005)	-	(17.925)	2.217.533
Light Energia	707.236	-	-	(129.100)	-	122.235	700.371
Light Esco	104.339	-	-	(1.422)	-	8.264	111.181
Lightcom	16.263	-	-	(5.430)	(1)	38.584	49.416
Light Soluções	2.497	-	-	-	1	90	2.588
Lightger	41.712	-	-	(1.165)	-	1.088	41.635
Itaocara Energia	23.945	689	-	-	2	(329)	24.307
Axxiom	8.207	1.785	9.996	-	235	(1.240)	18.983
Amazônia Energia	106.380	16.822	-	-	1	(1.065)	122.138
TOTAL	3.447.042	19.296	9.996	(338.122)	238	149.702	3.288.152

	Consolidado					30.09.2015
	31.12.2014	Aumento de capital	Dividendos / JCP	Equivalência Patrimonial		
				Outros	Resultado	
Light Energia						
Renova Energia	514.543	-	-	(5.333)	61.715	570.925
Guanhães Energia	86.766	-	-	(22.125)	(9.308)	55.333
Lightger	40.488	-	-	-	(1.342)	39.146
Axxiom	24.598	-	(227)	(105)	639	24.905
Amazônia Energia	138.631	33.514	-	(3.692)	(1.166)	167.287
TOTAL	805.026	33.514	(227)	(31.255)	50.538	857.596

	Consolidado					30.09.2014
	31.12.2013	Aumento de capital	Dividendos / JCP	Equivalência Patrimonial		
				Outros	Resultado	
Light Energia						
Renova Energia	376.923	-	-	(3.529)	(2.720)	370.674
Guanhães Energia	86.766	-	-	-	-	86.766
Light Esco						
EBL Energia	406	-	-	-	(41)	365
Lightger	41.712	-	(1.165)	-	1.088	41.635
Axxiom	8.207	11.781	-	235	(1.240)	18.983
Amazônia Energia	106.380	16.822	-	1	(1.065)	122.138
TOTAL	620.394	28.603	(1.165)	(3.293)	(3.978)	640.561

Os saldos integrais das principais controladas em conjunto que foram registrados por meio do método de equivalência patrimonial nos períodos de nove meses de 2015 e 2014 e no exercício de 2014, são como segue:

30.09.2015	AXXIOM	AMAZÔNIA	LIGHTGER	RENOVA	GUANHÃES
ATIVO					
Circulante	75.447	324	20.910	410.427	10.351
Caixa e Equivalente Caixa	5.365	314	16.497	111.521	10.339
Outros	70.082	10	4.413	298.906	12
Não Circulante	13.878	655.710	163.112	5.368.908	267.864
TOTAL DO ATIVO	89.325	656.034	184.022	5.779.335	278.215
PASSIVO					
Circulante	34.718	-	12.164	1.118.641	201.540
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.954	-	8.424	637.411	201.040
Outros	28.764	-	3.740	481.230	500
Não Circulante	5.330	1	95.102	1.761.498	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.006	-	95.102	1.618.073	-
Outros	324	1	-	143.425	-
Patrimônio líquido	49.277	656.033	76.756	2.899.196	76.675
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	89.325	656.034	184.022	5.779.335	278.215

Acumulado 9 meses - 2015	AXXIOM	AMAZÔNIA	LIGHTGER	RENOVA	GUANHÃES
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
Receita líquida de vendas	44.655	-	4.829	331.586	-
Custos das vendas	(37.548)	-	-	(144.048)	-
LUCRO BRUTO	7.107	-	4.829	187.538	-
Despesas gerais e administrativas	(5.095)	(1.064)	(1.395)	(85.378)	(4.583)
Equivalência Patrimonial	-	(3.535)	-	(18.236)	-
Ganho na venda de ativos	-	-	-	622.561	-
Resultado financeiro líquido	-	25	(4.803)	(141.171)	(13.668)
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	2.012	(4.574)	(1.369)	565.314	(18.251)
Imposto de renda e contribuição social	(759)	-	(1.263)	(176.437)	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	1.253	(4.574)	(2.632)	388.877	(18.251)

31.12.2014	AXXIOM	AMAZÔNIA	LIGHTGER	RENOVA	GUANHÃES
ATIVO					
Circulante	72.434	593	20.575	692.655	1.159
Caixa e Equivalente Caixa	8.976	581	16.441	86.599	1.142
Outros	63.458	12	4.134	606.056	17
Não Circulante	11.286	543.035	171.209	4.874.385	314.124
TOTAL DO ATIVO	83.720	543.628	191.784	5.567.040	315.283
PASSIVO					
Circulante	29.285	-	10.082	517.274	171.831
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.103	-	7.148	356.326	170.716
Outros	23.182	-	2.934	160.948	1.115
Não Circulante	6.205	-	102.314	2.515.436	5.844
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.006	-	102.314	2.489.366	-
Outros	1.199	-	-	26.070	5.844
Patrimônio líquido	48.230	543.628	79.388	2.534.330	137.608
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	83.720	543.628	191.784	5.567.040	315.283

Acumulado 9 meses - 2014	AXXIOM	AMAZÔNIA	LIGHTGER	RENOVA	EBL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
Receita líquida de vendas	38.641	-	9.201	172.952	46
Custos das vendas	(32.129)	-	-	(82.777)	(79)
LUCRO BRUTO	6.512	-	9.201	90.175	(33)
Despesas gerais e administrativas	(5.282)	(19)	(2.584)	(55.925)	(110)
Equivalência Patrimonial	679	(4.178)	1.095	(2.720)	-
Resultado financeiro líquido	(791)	18	(4.279)	(34.053)	29
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	1.118	(4.179)	3.433	(2.523)	(114)
Imposto de renda e contribuição social	(439)	-	(1.285)	(9.918)	(8)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	679	(4.179)	2.148	(12.441)	(122)

Em 30 de setembro de 2015, o passivo circulante da controlada indireta em conjunto Guanhões Energia estava superior ao ativo circulante. Isso ocorreu principalmente em função de atrasos de parte das captações junto ao BNDES para a construção dos empreendimentos. A Administração da Guanhões Energia vem conduzindo ações com o objetivo de concluir as liberações dos financiamentos de longo prazo junto ao BNDES e alongamento das demais dívidas.

Em 30 de setembro de 2015, o passivo circulante da controlada indireta em conjunto Renova Energia estava superior ao ativo circulante. Isso ocorreu principalmente em função do empréstimo ponte junto ao BNDES. A Administração da Renova Energia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro, sendo que a Renova Energia está em entendimentos finais para enquadramento junto ao BNDES do alongamento de sua dívida por meio da contratação de financiamento de longo prazo, que irá substituir os empréstimos pontes tomados. Adicionalmente no âmbito da transação com a TerraForm Global, Inc, tão logo as condições suspensivas sejam cumpridas, será executado o contrato de

compra e venda da Energética Serra da Prata S.A (“Espra”) no valor de R\$136.000, que irá reforçar o caixa da Renova Energia.

a) Consórcios

- Consórcio UHE Itaocara

A Companhia, por meio da controlada Itaocara Energia, participa do consórcio UHE Itaocara, com participação de 51,0%, sendo a outra parte da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, 49,0%. O consórcio destina-se à exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara. Os saldos ativos e passivos referentes à participação no Consórcio são incorporados aos saldos da controlada. Em 28 de dezembro de 2011, foi concedida a licença prévia pelo IBAMA e, em 29 de julho de 2013, a UHE Itaocara obteve a licença de instalação, que permite o início das obras. Em 23 de outubro de 2015, o contrato de concessão foi assinado pelo Consórcio UHE Itaocara, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara I, com energia vendida por 30 anos, no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), ao preço de R\$154,99/MWh (data base abril de 2015). O Consórcio tem previsão de entrar em operação no segundo trimestre de 2018 ⁽¹⁾.

- Consórcio Maracanã Solar

A Companhia, por meio da controlada Light Esco, participa do Consórcio Maracanã Solar, com participação de 51,0%, sendo a outra parte da EDF Consultoria, 49,0%. O consórcio destina-se ao desenvolvimento, construção e operação de uma usina fotovoltaica, com capacidade de 391 kWp, instalada na cobertura do estádio do Maracanã. A construção foi finalizada no segundo trimestre de 2013.

O contrato original assinado com o Estado do Rio de Janeiro previa a recuperação do valor investido através de comercialização de energia. Em Agosto de 2013, foi assinado aditivo com o Estado do Rio de Janeiro, alterando a forma de recuperação do investimento realizado para comercialização de cotas de patrocínio da usina fotovoltaica, por meio do selo Maracanã Solar. No entanto, considerando que as cotas ainda estão em negociação, a Administração provisionou 100% do investimento por não ter expectativa de recuperabilidade dos ativos imobilizados referentes aos investimentos feitos pelo Consórcio.

- Consórcio UHE Água Limpa

A Companhia, por meio da controlada Light Energia, participa do Consórcio UHE Água Limpa, com participação de 51,0%, sendo a outra parte da Cemig Geração e Transmissão S.A – Cemig GT, 49,0%. O consórcio tem por objeto o estudo na participação do projeto para a implantação, operação, manutenção e exploração comercial do empreendimento. Nenhum gasto significativo foi incorrido até 30 de setembro de 2015.

⁽¹⁾ Os dados sobre a previsão da entrada em operação não foram revisados pelos auditores independentes.

- b) Venda de Ativos da controlada em conjunto Renova Energia para TerraForm Global, Inc. ("TerraForm Global")

Em 19 de setembro de 2015, ocorreu o fechamento de parte da primeira fase da operação entre a Renova Energia e a TerraForm Global, Inc. ("TerraForm Global") com a venda dos ativos operacionais eólicos dos projetos Bahia e Salvador. Os ativos dos projetos foram alienados pelo montante de R\$451.000 e R\$845.026 respectivamente. O resultado dessa transação gerou um ganho de R\$70.433 para a controlada Light Energia, reconhecido como resultado de equivalência patrimonial em decorrência da participação da Light Energia na Renova Energia.

- c) Alienação da participação da controlada Light Energia na Renova Energia

Em 15 de julho de 2015, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações ("CCVA") da Light Energia com a SunEdison, INC. ("SunEdison"), o qual estabelece os termos e condições para alienação das 50.561.797 ações ordinárias atualmente detidas pela Light Energia na Renova Energia ("Operação"). Nos termos do CCVA, o valor de alienação das ações ordinárias, correspondentes, nesta data, a 15,87% do capital social total da Renova Energia, será de USD250 milhões (duzentos e cinquenta milhões de dólares). O pagamento será realizado no fechamento da Operação mediante a entrega de novas ações a serem emitidas pela SunEdison e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE"), sob o ticker SUNE. A quantidade de ações que a Light Energia irá receber no fechamento da Operação será calculada com base no preço médio das ações da SunEdison nos dez pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil antes do fechamento ("Período de Precificação das Ações da SunEdison"). Entre as condições predecidentes da Operação, não perfunctórias e fora do controle da Companhia, estão (i) a aprovação pela Aneel, (ii) a aprovação dos credores da Renova Energia e da Light Energia e (iii) o não exercício pelo BNDES Participações S.A. BNDESPAR ("BNDESPAR") do seu direito de, a seu exclusivo critério, transferir até a totalidade de suas *units* (composta por duas ações preferenciais e uma ação ordinária) ao adquirente, neste caso a SunEdison, na mesma transação e nas mesmas condições ("Direito de Venda Conjunta" definido no Acordo de Acionistas da Renova Energia, celebrado entre a Light, Light Energia, RR Participações S.A., BNDESPAR, Ricardo Lopes Delneri, Renato Amaral Figueiredo e Cemig GT).

Também em 15 de julho de 2015, foi contratada uma instituição financeira para alienar as ações da SunEdison a serem recebidas pela Light Energia com um custo pré-definido de 1,8% do valor em dólar da transação recebida em ações da SUNE. A revenda das ações será registrada de acordo com a legislação americana de forma que as ações possam ser revendidas livremente pela Light Energia na NYSE imediatamente após o recebimento. A instituição financeira efetuará o pagamento à Light Energia em até três dias úteis após o fechamento da Operação. Esta contratação busca proteger a Light Energia da volatilidade do preço das ações a partir do início do Período de Precificação das Ações da SunEdison até a data do fechamento.

Em 10 de setembro de 2015, foi celebrado entre Light Energia e o BNDESPAR, Contrato Particular de Opção de Venda de Ações da Renova Energia, que só entrará em vigor

quando da conclusão da Operação detalhada acima. As partes negociaram que, em contrapartida ao não exercício do Direito de Venda Conjunta pela BNDESPAR, a Light Energia outorgará à BNDESPAR uma Opção de Venda sobre a totalidade das *units* de emissão da Renova Energia de sua titularidade. O BNDESPAR possui 9.311.425 *units*, que representam 8,8% do capital social da Renova Energia.

O Contrato Particular de Opção de Venda de Ações da Renova Energia possui as seguintes principais características:

- Exercício da opção de venda e prazos:

A opção de venda poderá ser exercida pela BNDESPAR em três tranches, da seguinte forma:

(i) a primeira tranche será composta por 3.103.808 *units* e a opção de venda poderá ser exercida nos 30 dias subsequentes ao final do prazo de quatro anos contado da data do fechamento da Operação;

(ii) a segunda tranche será composta por 3.103.808 *units* e a opção de venda poderá ser exercida nos 30 dias subsequentes ao final do prazo de cinco anos contado da data do fechamento da Operação;

(iii) a terceira tranche será composta por 3.103.809 *units* e a opção de venda poderá ser exercida nos 30 dias subsequentes ao final do prazo de seis anos contado da data do fechamento da Operação;

- Preço de exercício

O preço de exercício, hoje de US\$14,83 (quatorze dólares e oitenta e três centavos) por *unit*, será convertido para Reais pela taxa de câmbio do dólar (PTAX-800, opção 5) na data do fechamento da Operação e será corrigido monetariamente pela variação da taxa média dos CDI, acrescida de 2,0% ao ano, até a data do efetivo pagamento de cada tranche à BNDESPAR.

O Preço de Exercício e a quantidade de *units* serão ajustados por quaisquer dividendos ou juros sobre capital próprio declarados, aumentos de capital por bonificação ou quaisquer outros proventos em novas ações ou *units*, desdobramentos ou grupamentos de ações ou *units* de emissão da Renova.

- Vigência

O Contrato Particular de Opção de Venda de Ações será extinto automaticamente nos seguintes casos:

(i) Não ocorra o fechamento da Operação;

(ii) BNDESPAR aliene a totalidade das *units* da Opção; ou

(iii) BNDESPAR desvincule a totalidade das *units* da Opção do Acordo de Acionistas.

O Contrato Particular de Opção de Venda de Ações celebrado entre Light Energia e o BNDESPAR só tem vigência a partir da conclusão da Operação com SunEdison.

A conclusão da Operação ainda está sujeita a condições precedentes não perfunctórias e fora do controle da Companhia, cuja ocorrência não é garantida, tais como aprovação pela Aneel e aprovação dos credores da Renova Energia e da Light Energia. Neste sentido, em 30 de setembro de 2015, a controlada Light Energia manteve o registro de seu investimento na controlada em conjunto Renova Energia avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

13. IMOBILIZADO

	Consolidado				
	30.09.2015				31.12.2014
	Taxa Média Anual	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Geração	3,32	2.782.651	(1.684.247)	1.098.404	1.113.963
Transmissão	3,91	57.984	(44.578)	13.406	13.912
Distribuição	10,27	26.037	(24.824)	1.213	1.935
Administração	7,96	377.270	(208.707)	168.563	165.781
Comercialização	7,43	99.295	(16.188)	83.107	81.697
EM SERVIÇO		3.343.237	(1.978.544)	1.364.693	1.377.288
Geração		201.684	-	201.684	206.505
Administração		109.458	-	109.458	121.294
EM CURSO		311.142	-	311.142	327.799
TOTAL DO IMOBILIZADO		3.654.379	(1.978.544)	1.675.835	1.705.087

Segue abaixo a mutação do imobilizado nos períodos de 2015 e 2014:

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2014	Adições	Baixas	Transferências para Serviço	Saldos em 30.09.2015
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Custo					
Terrenos	104.976	-	-	-	104.976
Reservatório, barragens e adutoras	1.265.186	-	(135)	10.776	1.275.827
Edificações, obras civis e benfeitorias	286.532	-	-	5.277	291.809
Máquinas e equipamentos	1.497.460	-	(212)	35.714	1.532.962
Veículos	14.053	-	-	-	14.053
Móveis e utensílios	129.994	-	(6.384)	-	123.610
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	3.298.201	-	(6.731)	51.767	3.343.237
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(840.743)	(15.957)	37	-	(856.663)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(170.107)	(4.575)	-	-	(174.682)
Máquinas e equipamentos	(782.945)	(40.907)	207	-	(823.645)
Veículos	(13.330)	(283)	-	-	(13.613)
Móveis e utensílios	(113.788)	(2.537)	6.384	-	(109.941)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO/DEPRECIÇÃO	(1.920.913)	(64.259)	6.628	-	(1.978.544)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Terreno	228	43	-	-	271
Reservatório, barragens e adutoras	43.229	3.901	-	(10.776)	36.354
Edificações, obras civis e benfeitorias	53.951	4.740	(2.589)	(6.104)	49.998
Máquinas e equipamentos	191.679	33.411	-	(34.887)	190.203
Veículos	20	-	-	-	20
Móveis e utensílios	1.394	416	(209)	-	1.601
Estudos e Projetos	37.298	121	(4.724)	-	32.695
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	327.799	42.632	(7.522)	(51.767)	311.142
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.705.087	(21.627)	(7.625)	-	1.675.835

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2013	Adições	Baixas	Transferências para Serviço	Saldos em 30.09.2014
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Custo					
Terrenos	104.976	-	-	-	104.976
Reservatório, barragens e adutoras	1.265.186	-	-	-	1.265.186
Edificações, obras civis e benfeitorias	268.130	-	(4.288)	22.690	286.532
Máquinas e equipamentos	1.327.711	-	(7)	185.881	1.513.585
Veículos	15.199	-	(837)	210	14.572
Móveis e utensílios	135.314	-	-	1.788	137.102
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	3.116.516	-	(5.132)	210.569	3.321.953
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(819.640)	(15.833)	-	-	(835.473)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(163.967)	(4.617)	-	-	(168.584)
Máquinas e equipamentos	(733.890)	(37.133)	7	-	(771.016)
Veículos	(14.130)	(330)	412	-	(14.048)
Móveis e utensílios	(115.822)	(3.957)	-	-	(119.779)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO/DEPRECIAÇÃO	(1.847.449)	(61.870)	419	-	(1.908.900)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Terreno	162	44	-	-	206
Reservatório, barragens e adutoras	88.511	5.313	-	-	93.824
Edificações, obras civis e benfeitorias	68.687	3.717	-	(23.517)	48.887
Máquinas e equipamentos	212.200	36.126	-	(186.549)	61.777
Veículos	183	48	-	(210)	21
Móveis e utensílios	946	1.266	(2.963)	-	(751)
Estudos e Projetos	38.966	232	-	(293)	38.905
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	409.655	46.746	(2.963)	(210.569)	242.869
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.678.722	(15.124)	(7.676)	-	1.655.922

No período de nove meses de 2015, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$3.684 (R\$2.547 no período de nove meses de 2014), cuja taxa média de capitalização foi de 10,18% ao ano.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados em 2015 e 2014. Os contratos de concessão das usinas hidrelétricas da controlada Light Energia preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, de forma que a Administração entende que o valor do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsado pelo Poder Concedente.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da autorização ou concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor.

14. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	30.09.2015			31.12.2014
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Direito de uso da concessão	7.145.751	(3.980.720)	3.165.031	3.281.132
Outros ^(a)	658.266	(517.950)	140.316	154.051
EM SERVIÇO	7.804.017	(4.498.670)	3.305.347	3.435.183
Direito de uso da concessão	519.359	-	519.359	291.008
Outros ^(a)	254.849	-	254.849	217.666
EM CURSO	774.208	-	774.208	508.674
TOTAL INTANGÍVEL	8.578.225	(4.498.670)	4.079.555	3.943.857

^(a) Inclui basicamente softwares e servidão de passagem

O Intangível está líquido de obrigações especiais, que representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O saldo das obrigações especiais em 30 de setembro de 2015 totalizava R\$514.582 (R\$468.202 em 31 de dezembro de 2014).

Os investimentos na rede de distribuição são inicialmente registrados no intangível em curso, durante o período de construção. Quando finalizados, os investimentos são bifurcados e parte do valor é registrado no intangível em serviço, referente ao valor que será amortizado durante o prazo de concessão, e a outra parte é transferida para o ativo financeiro da concessão e será recebido como indenização ao final da concessão.

O intangível em curso inclui os estoques de materiais destinados a projetos, cujo montante em 30 de setembro de 2015 totalizava R\$135.746 (R\$116.460 em 31 de dezembro de 2014) e provisão para desvalorização de estoque de R\$5.131 (R\$5.131 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus demais ativos intangíveis.

No período de nove meses de 2015, foi incorporado ao ativo intangível, a título de capitalização de juros, o montante de R\$21.118 (R\$21.159 no período de nove meses de 2014), cuja taxa média de capitalização foi de 10,18% ao ano.

A infraestrutura, utilizada pela controlada Light SESA, é vinculada ao serviço de distribuição, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador, sendo que, se ocorrer, deve atender à Resolução Aneel nº 20/99.

Segue abaixo a mutação do intangível nos períodos de 2015 e 2014:

	Consolidado				Saldo em 30.09.2015
	Saldo em 31.12.2014	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	7.028.350	-	(7.712)	125.113	7.145.751
Outros	633.806	-	-	24.460	658.266
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	7.662.156	-	(7.712)	149.573	7.804.017
(-) Amortização					
Direito de uso da concessão	(3.747.218)	(237.448)	3.946	-	(3.980.720)
Outros	(479.755)	(38.195)	-	-	(517.950)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO/AMORTIZAÇÃO	(4.226.973)	(275.643)	3.946	-	(4.498.670)
EM CURSO					
Direito de uso da concessão	291.008	439.475	-	(211.124)	519.359
Outros	217.666	80.267	(17.628)	(25.456)	254.849
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	508.674	519.742	(17.628)	(236.580)	774.208
TOTAL	3.943.857	244.099	(21.394)	(87.007)	4.079.555

^(a) Transferência para o Ativo Financeiro da Concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01 e transferência do Ativo Financeiro da Concessão referente as Obrigações Especiais, vide nota explicativa 10.

	Consolidado				Saldo em 30.09.2014
	Saldo em 31.12.2013	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	6.511.987	-	(34.555)	319.993	6.797.425
Outros	552.062	-	(402)	29.863	581.523
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	7.064.049	-	(34.957)	349.856	7.378.948
(-) Amortização					
Direito de uso da concessão	(3.490.125)	(216.321)	31.941	-	(3.674.505)
Outros	(442.331)	(27.973)	398	-	(469.906)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO/AMORTIZAÇÃO	(3.932.456)	(244.294)	32.339	-	(4.144.411)
Em Curso					
Direito de uso da concessão	663.393	500.076	-	(587.305)	576.164
Outros	167.122	28.129	-	(20.360)	174.891
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	830.515	528.205	-	(607.665)	751.055
TOTAL	3.962.108	283.911	(2.618)	(257.809)	3.985.592

^(a) Transferência para o Ativo Financeiro da Concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01, vide nota explicativa 10.

A Aneel é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente, sendo utilizada para efeitos contábeis e regulatórios, e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

15. FORNECEDORES

CIRCULANTE	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Comercialização no mercado de curto prazo	309.286	629.166
Encargos de uso da rede elétrica	32.001	40.050
Encargos do serviço do sistema	2.215	2.215
Energia livre – ressarcimento às geradoras	76.006	69.360
Leilões de energia	184.379	207.290
Itaipu binacional	292.807	151.097
UTE Norte Fluminense	100.923	104.304
Materiais e serviços	133.657	356.908
TOTAL	1.131.274	1.560.390

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a fornecedores é divulgada na nota explicativa 33.

16. TRIBUTOS A PAGAR

	Consolidado					
	30.09.2015			31.12.2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	210.212	186.542	396.754	253.571	232.525	486.096
ICMS a pagar	34.338	-	34.338	114.775	-	114.775
Parcelamento - Lei 11.941/09	21.071	181.540	202.611	19.932	187.082	207.014
PIS e COFINS a pagar	81.403	-	81.403	57.761	-	57.761
PIS e COFINS diferido ^(a)	57.789	5.002	62.791	48.892	45.443	94.335
INSS	4.905	-	4.905	2.955	-	2.955
Outros	10.706	-	10.706	9.256	-	9.256
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.916	-	11.916	35.548	-	35.548
IRRF a pagar	628	-	628	574	-	574
Provisão de IRPJ / CSLL	11.288	-	11.288	34.974	-	34.974
TOTAL	222.128	186.542	408.670	289.119	232.525	521.644

^(a) Refere-se a PIS e COFINS oriundos da receita não faturada da Parcela A e outros itens financeiros, vide nota explicativa 9.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado				
	Circulante			Total	
	Principal	Encargos	Total	30.09.2015	31.12.2014
TN - Par Bond	154.623	4.394	159.017	159.017	104.713
TN - Caução - Par Bond	(123.868)	-	(123.868)	(123.868)	(82.815)
TN - Discount Bond	107.891	699	108.590	108.590	72.348
TN - Caução - Discount Bond	(86.573)	-	(86.573)	(86.573)	(57.881)
4131 Bank Merrill Lynch 2011	107.268	318	107.586	107.586	99.241
4131 Citibank 2012	397.290	814	398.104	398.104	266.151
4131 Citibank 2014	397.290	712	398.002	398.002	266.083
4131 Bank Tokyo 2013	238.374	269	238.643	238.643	159.561
4131 Bank Tokyo 2014	79.458	231	79.689	79.689	53.260
4131 Itaú 2014	102.429	2.118	104.547	104.547	68.560
4131 Santander 2015	175.734	2.938	178.672	178.672	-
4131 Bank BNP 2015	97.405	1.701	99.106	99.106	-
4131 Citibank 2012 - Light Energia	317.832	1.486	319.318	319.318	213.470
4131 Bank BNP 2014 - Light Energia	222.890	1.924	224.814	224.814	163.948
4131 Itaú 2014 - Light Energia	198.833	1.845	200.678	200.678	133.103
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL	2.386.876	19.449	2.406.325	2.406.325	1.459.742
ELETRONBRAS - LUZ PARA TODOS	431	-	431	431	586
ELETRONBRAS - PRONI	-	-	-	-	1
ELETRONBRAS - RELUZ	4.633	-	4.633	4.633	5.520
CCB Bradesco	225.000	18.260	243.260	243.260	230.884
CCB Banco do Brasil	150.000	2.427	152.427	152.427	156.477
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB A	44.639	136	44.775	44.775	65.998
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB B	44.639	154	44.793	44.793	66.026
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB C	47.754	88	47.842	47.842	56.818
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB D	40	-	40	40	59
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB E	40	-	40	40	59
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB N	82	-	82	82	121
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB O	82	-	82	82	121
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB P	286	1	287	287	422
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB Q	286	1	287	287	423
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 1	2.509	6	2.515	2.515	3.054
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 2	122.374	337	122.711	122.711	149.140
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 3	147.096	438	147.534	147.534	179.363
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 4	147.096	474	147.570	147.570	178.946
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 13	1	-	1	1	1
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 14	1	-	1	1	1
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 17	15	-	15	15	18
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 18	15	-	15	15	18
BNDES - CAPEX 2013/14 SUB A	175.877	552	176.429	176.429	179.332
BNDES - CAPEX 2013/14 SUB B	82.878	532	83.410	83.410	76.693
BNDES - CAPEX 2013/14 SUB C	124.264	298	124.562	124.562	94.807
BNDES - CAPEX 2013/14 SUB D	3.597	11	3.608	3.608	3.939
BNDES - CAPEX 2013/14 SUB E	1.699	11	1.710	1.710	1.685
BNDES - OLIMPIADAS 2013/16 SUB A	17.041	52	17.093	17.093	19.544
BNDES - OLIMPIADAS 2013/16 SUB B	17.041	59	17.100	17.100	19.553
BNDES - OLIMPIADAS 2013/16 SUB C	13.633	78	13.711	13.711	15.676
BNDES - OLIMPIADAS 2013/16 SUB D	2.615	8	2.623	2.623	2.626
BNDES - OLIMPIADAS 2013/16 SUB E	2.615	9	2.624	2.624	2.627
BNDES - OLIMPIADAS 2013/16 SUB F	2.092	12	2.104	2.104	2.107
BNDES - OLIMPIADAS 2013/16 SUB G	2.531	4	2.535	2.535	2.535
FINEP - Inovação e Pesquisa	141.089	231	141.320	141.320	141.334
NOTA PROMISSÓRIA - 3ª NP	275.000	11.932	286.932	286.932	-
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB A - Light Energia	1.901	6	1.907	1.907	2.811
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB B - Light Energia	1.901	7	1.908	1.908	2.812
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB C - Light Energia	2.967	5	2.972	2.972	3.531
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 1 - Light Energia	10.912	30	10.942	10.942	14.228
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 2 - Light Energia	6.501	18	6.519	6.519	8.476
BNDES PROESCO	68.767	164	68.931	68.931	62.591
RGR	-	246	246	246	246
Fianças bancárias diversas	-	1.201	1.201	1.201	546
MOEDA NACIONAL - TOTAL	1.891.940	37.788	1.929.728	1.929.728	1.751.755
TOTAL	4.278.816	57.237	4.336.053	4.336.053	3.211.497

Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2015:

Financiador	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a. ^(a)	Taxa Efetiva	Amortização do Principal		
					Início	Forma de pagamento	Término
TN - Par Bond	29.04.1996	US\$	83,29% CDI	10,38%	2024	Única	2024
TN - Caução - Par Bond	29.04.1996	US\$	U\$ Treasury	-	2024	Única	2024
TN - Discount Bond	29.04.1996	US\$	82,65% CDI	10,30%	2024	Única	2024
TN - Caução - Discount Bond	29.04.1996	US\$	U\$ Treasury	-	2024	Única	2024
4131 Bank Merrill Lynch 2011	07.11.2011	US\$	CDI + 0,65%	13,32%	2014	Semestral	2016
4131 Citibank 2012	23.08.2012	US\$	CDI + 1,0%	13,72%	2017	Semestral	2018
4131 Citibank 2014	21.02.2014	US\$	CDI + 1,15%	13,88%	2018	Única	2018
4131 Bank Tokyo 2013	11.03.2013	US\$	CDI + 0,9%	13,60%	2016	Única	2016
4131 Bank Tokyo 2014	19.11.2014	US\$	CDI + 0,88%	13,58%	2017	Única	2017
4131 Itaú 2014	11.12.2014	US\$	CDI + 1,5%	14,28%	2015	Única	2015
4131 Santander 2015	03.02.2015	US\$	CDI + 2,0%	14,84%	2016	Única	2016
4131 Bank BNP 2015	01.04.2015	US\$	CDI + 1,9%	13,89%	2017	Única	2017
4131 Citibank 2012 - Light Energia	02.10.2012	US\$	CDI + 1,1%	13,8%	2017	Semestral	2018
4131 Bank BNP 2014 - Light Energia	22.10.2014	EURO	CDI + 1,4%	14,17%	2016	Única	2016
4131 Itaú 2014 - Light Energia	11.12.2014	US\$	CDI + 1,75%	14,28%	2016	Única	2016
ELETROBRAS - LUZ PARA TODOS	30.06.2008	R\$	5,0%	5,0%	2008	Mensal	2017
ELETROBRAS - PRONI	15.05.2008	R\$	8,0%	8,0%	2008	Trimestral	2015
ELETROBRAS - RELUZ	22.03.2010	R\$	5,0%	5,0%	2014	Mensal	2019
CCB Bradesco	18.10.2007	R\$	CDI + 0,85%	13,55%	2012	Anual	2017
CCB Banco do Brasil	25.02.2013	R\$	109,3% do CDI	13,84%	2017	Única	2017
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB A	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 2,58%	9,08%	2011	Mensal	2019
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB B	05.11.2007	URTJLP	TJLP + 3,58%	10,08%	2009	Mensal	2017
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB C	30.11.2009	R\$	4,5%	4,5%	2011	Mensal	2019
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB D	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 2,58%	9,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB E	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 3,58%	10,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB N	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 2,58%	9,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB O	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 3,58%	10,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB P	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 2,58%	9,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB Q	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 3,58%	10,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 1	06.12.2011	URTJLP	TJLP	6,5%	2013	Mensal	2019
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 2	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 1,81%	8,31%	2013	Mensal	2019
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 3	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 2,21%	8,71%	2013	Mensal	2019
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 4	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 3,21%	9,71%	2013	Mensal	2019
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 13	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 2,21%	8,71%	2013	Mensal	2019
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 14	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 3,21%	9,71%	2013	Mensal	2019
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 17	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 2,21%	8,71%	2013	Mensal	2019
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 18	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 3,21%	9,71%	2013	Mensal	2019
BNDES - CAPEX 2013/14 SUB A	28.11.2014	URTJLP	TJLP + 2,78%	9,28%	2015	Mensal	2021
BNDES - CAPEX 2013/14 SUB B	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	15,76%	2015	Mensal	2021
BNDES - CAPEX 2013/14 SUB C	28.11.2014	R\$	6,0%	6,0%	2015	Mensal	2021
BNDES - CAPEX 2013/14 SUB D	28.11.2014	URTJLP	TJLP + 2,78%	9,28%	2015	Mensal	2021
BNDES - CAPEX 2013/14 SUB E	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	15,76%	2015	Mensal	2021
BNDES - OLIMPÍADAS 2013/16 SUB A	16.12.2013	URTJLP	TJLP + 2,58%	9,08%	2015	Mensal	2020
BNDES - OLIMPÍADAS 2013/16 SUB B	16.12.2013	URTJLP	TJLP + 3,58%	10,08%	2015	Mensal	2020
BNDES - OLIMPÍADAS 2013/16 SUB C	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	15,54%	2015	Mensal	2020
BNDES - OLIMPÍADAS 2013/16 SUB D	16.12.2013	URTJLP	TJLP + 2,58%	9,08%	2016	Mensal	2020
BNDES - OLIMPÍADAS 2013/16 SUB E	16.12.2013	URTJLP	TJLP + 3,58%	10,08%	2016	Mensal	2020
BNDES - OLIMPÍADAS 2013/16 SUB F	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	15,54%	2016	Mensal	2020
BNDES - OLIMPÍADAS 2013/16 SUB G	16.12.2013	R\$	3,5%	3,5%	2016	Mensal	2023
FINEP - Inovação e Pesquisa	16.04.2014	R\$	4,0%	4,0%	2016	Mensal	2022
NOTA PROMISSÓRIA - 3ª NP	18.06.2015	R\$	CDI + 1,63%	13,4%	2015	Única	2016
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB A - Light Energia	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 2,58%	9,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB B - Light Energia	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 3,58%	10,08%	2011	Mensal	2017
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB C - Light Energia	30.11.2009	URTJLP	4,5%	4,50%	2011	Mensal	2019
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 1 - Light Energia	10.04.2012	URTJLP	TJLP + 1,81%	8,31%	2013	Mensal	2018
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 2 - Light Energia	10.04.2012	URTJLP	TJLP + 1,81%	8,31%	2013	Mensal	2018
BNDES PROESCO	16.09.2008	R\$/URTJLP	TJLP + 0,53%	6,53%	2009	Mensal	2023

^(a) As taxas de juros divulgadas representam o custo efetivo da dívida, uma vez que a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos.

As principais captações e pagamentos no período de 2015 foram:

- Captação referente ao contrato de financiamento do Capex 2013-14 com o BNDES no montante de R\$55.693 pela controlada Light SESA;
- Captação referente à operação via resolução 4131 com o Banco Santander no montante de R\$120.000 pela controlada Light SESA;
- Captação referente à operação via resolução 4131 com o Banco BNP Paribas no montante de R\$80.000 pela controlada Light SESA;
- Captação de R\$275.000 referente à 3ª emissão de Notas Promissórias da controlada Light SESA, série única, sendo os Coordenadores o Bradesco BBI e Caixa Econômica Federal, com R\$100.000 cada, e o Banco Itaú BBA, com R\$75.000;
- Pagamento realizado no terceiro trimestre, no montante de R\$100.000, sendo que tinha sido captado em maio de 2015, junto à Caixa Econômica Federal pela controlada Light SESA.

Além das cauções destacadas no quadro acima, os empréstimos estão garantidos por recebíveis, no montante de R\$130.319 (R\$278.277 em 31 de dezembro de 2014).

Em 30 de setembro de 2015, a Light S.A tem avais, fianças ou garantias corporativas, emitidas em favor de suas controladas, controladas em conjunto ou coligadas, no montante de R\$6.998.858 (R\$6.122.586 em 31 de dezembro de 2014).

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados nos períodos de 2015 e 2014:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2014	3.189.154	22.343	3.211.497
Empréstimos e financiamentos obtidos	646.832	-	646.832
Variação monetária e cambial	771.257	-	771.257
Encargos financeiros provisionados	-	172.919	172.919
Encargos financeiros pagos	-	(138.773)	(138.773)
Amortização de financiamentos	(328.618)	-	(328.618)
Amortização custo captação	191	-	191
Encargos capitalizados ao intangível/ imobilizado	-	748	748
SALDO EM 30.09.2015	4.278.816	57.237	4.336.053

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2013	2.392.169	22.798	2.414.967
Empréstimos e financiamentos obtidos	459.749	-	459.749
Variação monetária e cambial	28.316	-	28.316
Encargos financeiros provisionados	-	126.101	126.101
Encargos financeiros pagos	-	(107.056)	(107.056)
Amortização de financiamentos	(305.407)	-	(305.407)
Amortização custo captação	191	-	191
Encargos financeiros capitalizados ao principal	720	(720)	-
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	5.003	5.003
SALDO EM 30.09.2014	2.575.738	46.126	2.621.864

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na nota explicativa 33.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a um dos indicadores em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados. As notas promissórias junto ao Bradesco, Caixa e Itaú, a cédula de crédito bancário do Bradesco, os empréstimos com o Merrill Lynch, BNP, Citibank, Bank Tokyo, Itaú, Santander e com o BNDES preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/ebitda e cobertura de juros (*covenants*).

Em 30 de junho de 2015, ocorreu o primeiro descumprimento dos indicadores de dívida líquida/ebitda e cobertura de juros. Em 30 de setembro de 2015, ocorreu novo descumprimento do indicador de dívida líquida/ebitda, implicando em dois trimestres consecutivos, de forma que os credores teriam o direito de exigir o vencimento antecipado das dívidas.

Em 11 de novembro de 2015, a Companhia concluiu as negociações com todos os credores e obteve os respectivos *waivers*, alterando o limite dos indicadores inclusive para a data de 30 de setembro de 2015 ou obtendo *waiver* até o final do contrato. No entanto, como na data de 30 de setembro de 2015 a Companhia ainda não havia concluído a negociação, foi efetuada a reclassificação de toda a dívida de longo prazo para o passivo circulante, assim como dos respectivos instrumentos financeiros de *swap* que acompanham as respectivas dívidas, conforme determina o pronunciamento técnico IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis que determina que o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da autorização para emissão das demonstrações financeiras, em não exigir vencimento antecipado como consequência do descumprimento dos indicadores.

Com base nesta negociação de elevação dos indicadores para a data de 30 de setembro de 2015 ou obtenção de *waiver* até o vencimento do contrato, não ficou caracterizado um descumprimento dos indicadores de dívida líquida/ebitda e cobertura de juros requeridos contratualmente para esta data, o que de fato não gerou o direito de antecipação de vencimento para nenhum dos contratos. Desta forma, em novembro de 2015, a Companhia procedeu a reclassificação da dívida transferida para o curto prazo novamente para o passivo não circulante.

18. DEBÊNTURES

	Consolidado				
	Circulante			Total	
	Principal	Encargos	Total	30.09.2015	31.12.2014
Debêntures 4ª Emissão (Light SESA)	-	-	-	-	8
Debêntures 8ª Emissão (Light SESA)	430.520	20.354	450.874	450.874	473.739
Debêntures 9ª Emissão Série A (Light SESA)	996.443	55.011	1.051.454	1.051.454	1.010.740
Debêntures 9ª Emissão Série B (Light SESA)	695.479	14.995	710.474	710.474	655.099
Debêntures 10ª Emissão (Light SESA)	660.692	130.260	790.952	790.952	758.129
Debêntures 2ª Emissão (Light Energia)	424.074	7.097	431.171	431.171	442.961
Debêntures 3ª Emissão (Light Energia)	27.377	1.299	28.676	28.676	30.128
TOTAL	3.234.585	229.016	3.463.601	3.463.601	3.370.804

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidadas em 30 de setembro de 2015:

Financiador	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a. ^(a)	Taxa efetiva	Amortização do Principal		
					Início	Forma de pagamento	Término
Debêntures 4ª Emissão (Light SESA)	30.06.2005	URTJLP	TJLP + 4%	10,50%	2009	Mensal	2015
Debêntures 8ª Emissão (Light SESA)	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	13,92%	2015	Anual	2026
Debêntures 9ª Emissão Série A (Light SESA)	15.06.2013	R\$	CDI + 1,15%	13,88%	2018	Semestral	2021
Debêntures 9ª Emissão Série B (Light SESA)	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	15,82%	2020	Semestral	2023
Debêntures 10ª Emissão (Light SESA)	30.04.2014	R\$	115% CDI	14,61%	2018	Anual	2020
Debêntures 2ª Emissão (Light Energia)	29.12.2011	R\$	CDI + 1,18%	13,92%	2016	Anual	2019
Debêntures 3ª Emissão (Light Energia)	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	13,92%	2015	Anual	2026

^(a) As taxas de juros divulgadas representam o custo efetivo da dívida, uma vez que a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos.

Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas nos períodos de 2015 e 2014:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2014	3.274.612	96.192	3.370.804
Variação Monetária	-	44.656	44.656
Encargos financeiros provisionados	-	287.975	287.975
Encargos financeiros pagos	-	(223.861)	(223.861)
Amortização de debêntures	(41.660)	-	(41.660)
Amortização custo de captação	1.633	-	1.633
Encargos capitalizados ao intangível/ imobilizado	-	24.054	24.054
SALDO EM 30.09.2015	3.234.585	229.016	3.463.601

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2013	3.349.333	51.011	3.400.344
Debêntures emitidas	750.000	-	750.000
Encargos financeiros provisionados	-	280.526	280.526
Encargos financeiros pagos	-	(191.393)	(191.393)
Amortização de debêntures	(18)	-	(18)
Transferência para encargos	(2.768)	2.768	-
Variação monetária	-	29.554	29.554
Custo de captação	(5.830)	-	(5.830)
Amortização custo de captação	1.946	-	1.946
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	18.703	18.703
SALDO EM 30.09.2014	4.092.663	191.169	4.283.832

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na nota explicativa 33.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a um indicador em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados. As 8ª, 9ª e 10ª emissões de debêntures da controlada Light SESA e as 2ª e 3ª emissões de debêntures da controlada Light Energia preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/ebitda e cobertura de juros (*covenants*).

Em 30 de junho de 2015, ocorreu o primeiro descumprimento dos indicadores de dívida líquida/ebitda e cobertura de juros. Em 30 de setembro de 2015, ocorreu novo descumprimento do indicador de dívida líquida/ebitda, implicando em dois trimestres consecutivos, de forma que os credores teriam o direito de exigir o vencimento antecipado das dívidas.

Em 11 de novembro de 2015, após a realização das assembleias dos debenturistas, a Companhia concluiu as negociações com todos os credores e obteve os respectivos *waivers*, alterando o limite dos indicadores inclusive para a data de 30 de setembro de 2015 ou obtendo *waiver* até o final do contrato. No entanto, como na data de 30 de setembro de 2015 a Companhia ainda não havia concluído a negociação, foi efetuada a reclassificação de toda a dívida de longo prazo para o passivo circulante, assim como dos respectivos instrumentos financeiros de *swap* que acompanham as respectivas dívidas, conforme determina o pronunciamento técnico IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis que determina que o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da autorização para emissão das demonstrações financeiras, em não

exigir vencimento antecipado como consequência do descumprimento dos indicadores.

Com base nesta negociação de elevação dos indicadores para a data de 30 de setembro de 2015 ou obtenção de *waiver* até o vencimento do contrato, não ficou caracterizado um descumprimento dos indicadores de dívida líquida/ebitda e cobertura de juros requeridos contratualmente para esta data, o que de fato não gerou o direito de antecipação de vencimento para nenhum dos contratos. Desta forma, em novembro de 2015, a Companhia procedeu a reclassificação da dívida transferida para o curto prazo novamente para o passivo não circulante.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
CIRCULANTE		
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE ^(a)	118.526	10.168
Quota de reserva global de reversão – RGR	2.620	798
Encargos de capacidade e aquisição emergencial	27.878	48.012
TOTAL	149.024	58.978

^(a) O aumento da quota da CDE foi definido pela Resolução Homologatória Aneel nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015.

20. PROVISÕES

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis e cujos valores são quantificáveis.

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para riscos e as provisões para honorários de êxito:

TOTAL PROVISÕES	30.09.2015			31.12.2014		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	122.485	-	122.485	127.921	-	127.921
Cíveis	133.558	30.336	163.894	153.317	22.341	175.658
Fiscais	166.164	26.469	192.633	174.709	26.180	200.889
Outras	11.723	-	11.723	8.318	-	8.318
TOTAL	433.930	56.805	490.735	464.265	48.521	512.786

Provisões para riscos:

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os períodos de 2015 e 2014, estão compostas da seguinte forma:

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
SALDO EM 31.12.2014	127.921	153.317	174.709	8.318	464.265
Adições	17.449	52.246	-	5.143	74.838
Atualizações	-	5.248	5.325	600	11.173
Baixas por pagamentos	(11.583)	(52.177)	-	(1.414)	(65.174)
Baixas por reversões	(11.302)	(25.076)	(13.870)	(924)	(51.172)
SALDO EM 30.09.2015	122.485	133.558	166.164	11.723	433.930
Depósitos Judiciais em 30.09.2015	25.953	4.552	3.554	-	34.059

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
SALDO EM 31.12.2013	133.383	145.189	201.774	20.357	500.703
Adições	11.175	40.117	-	5.330	56.622
Atualizações	-	12.520	2.154	1.044	15.718
Transferências	-	(7.589)	18.536	(10.947)	-
Baixas por pagamentos	(2.656)	(54.818)	(5.943)	(853)	(64.270)
Baixas por reversões	(13.757)	(751)	(32.993)	-	(47.501)
SALDO EM 30.09.2014	128.145	134.668	183.528	14.931	461.272

a) Em 30 de setembro de 2015, está registrado em Depósitos vinculados a litígios o total de R\$249.509 (R\$233.073 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$34.059 (R\$33.070 em 31 de dezembro de 2014) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Trabalhistas	65.082	65.353
Cíveis	99.582	88.104
Fiscais	84.845	79.616
Total	249.509	233.073

Provisões Trabalhistas:

	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	30.09.2015	31.12.2014
Funcionários próprios	80.351	96.974
Funcionários terceirizados	42.134	30.947
TOTAL	122.485	127.921

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras, adicional de periculosidade, equiparação salarial, dano moral, diferença da multa de 40% do FGTS decorrente da correção por expurgos inflacionários e acidente de trabalho – responsabilidade civil.

Provisões Cíveis:

	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	30.09.2015	31.12.2014
Ações Cíveis ^(a)	97.123	119.260
Juizado Especial Cível ^(b)	14.791	14.666
Plano Cruzado ^(c)	21.644	19.391
TOTAL	133.558	153.317

- (a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são rés, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores.

A controlada Light SESA efetuou, no primeiro trimestre de 2015, reversão de provisão no montante de R\$25.076, referente a processo movido por um escritório de advocacia contra a Companhia. A reversão ocorreu em razão do recurso da Companhia contra a decisão de primeira instância ter sido julgado procedente por unanimidade e, como resultado, a probabilidade de perda passou a ser classificada como remota.

- (b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite

perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos seis principais motivos ofensores para a Companhia e suas controladas – que representam 72,4% das entradas de processos; um bloco com todos os motivos relacionados a acidentes; bem como um bloco para os demais motivos. Para os seis principais ofensores e o bloco de Demais Motivos é utilizada uma média ajustada – considerando 95% da amostra, ou seja, desconsiderando os 2,5% dos valores mais altos e mais baixos – do valor de condenação nos últimos 12 meses. No caso do bloco de acidentes é considerada a média do valor de condenação nos últimos 12 meses.

- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei n.º 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da controlada Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.

Provisões Fiscais:

	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	30.09.2015	31.12.2014
INSS – auto de infração ^(b)	-	13.332
INSS – trimestralidade	-	539
ICMS ^(a)	137.874	134.073
Outros	28.290	26.765
TOTAL	166.164	174.709

- (a) A provisão constituída refere-se, principalmente, à discussão judicial sobre a aplicabilidade da Lei Estadual nº 3.188/99, que restringiu a apropriação dos créditos de ICMS incidentes nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, exigindo que o creditamento fosse diferido em parcelas, enquanto que tal restrição não era prevista na Lei Complementar nº 87/96.

- (b) A Companhia efetuou, no primeiro trimestre de 2015, a reversão da provisão do valor de R\$13.870, em razão da reavaliação dos prognósticos de perda dos processos referentes a esta provisão por seus assessores jurídicos com base nas últimas decisões do STJ, sendo que alguns foram considerados como possíveis e outros como remotos de perda. Os referidos processos discutem contribuição previdenciária incidente sobre os salários pagos por empresas prestadoras de serviços a seus empregados, em razão de solidariedade, bem como a incidência da referida contribuição sobre demais verbas híbridas.

Outras Provisões:

Neste tópico a Companhia ressalta as contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a Aneel:

- Auto de Infração ANEEL nº 084/2015 – SFE - O Auto de Infração foi recebido pela controlada Light SESA em 06 de agosto de 2015. A SFE/ANEEL, após fiscalização realizada no período de 05 a 08 de janeiro de 2015, que teve como objetivo verificar o cumprimento dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional (“PRODIST”) no que se refere aos níveis de tensão de atendimento das unidades consumidoras com medições amostrais por parte da Light SESA, nos anos de 2012 e 2013, constatou seis não conformidades e, após a Companhia apresentar seus argumentos quanto ao Termo de Notificação nº 017/2015-SFE, de 23 de janeiro de 2015 (“TN”), manteve 3 não conformidades, enquadradas no inciso I do artigo 6º da Resolução Normativa ANEEL nº 63/2004, que prevê como infração punível com multa do Grupo III “descumprir as disposições legais, regulamentares e contratuais relativas aos níveis de qualidade dos serviços e do fornecimento de energia elétrica”, por ter a Companhia, segundo a SFE/ANEEL, infringido os itens 2.7.1.4 e 2.8.4, da Seção 8.1 do Módulo 8 do PRODIST. Neste sentido, a SFE/ANEEL aplicou a penalidade de multa no valor de R\$4.475. O recurso foi protocolado pela Companhia na Aneel em 17 de agosto de 2015. A Companhia provisionou R\$3.131, que é a melhor estimativa para perda, e aguarda decisão da ANEEL;

Provisões de honorários de êxito:

A Administração reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de perda dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis e remotas. Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos períodos de 2015 e 2014:

PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Cíveis	Fiscais	Total
SALDO EM 31.12.2014	22.341	26.180	48.521
Causas de perdas possíveis/remotas	7.995	289	8.284
SALDO EM 30.09.2015	30.336	26.469	56.805

PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Cíveis	Fiscais	Total
SALDO EM 31.12.2013	20.946	22.006	42.952
Causas de perdas possíveis	2.714	4.651	7.365
Causas de perdas remotas	(1.806)	43	(1.763)
SALDO EM 30.09.2014	21.854	26.700	48.554

21. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. As contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	30.09.2015		31.12.2014	
	Saldo	Quantidade de Processos	Saldo	Quantidade de Processos
Cíveis	231.938	15.681	231.982	14.483
Trabalhistas	293.935	893	273.790	956
Fiscais	4.674.900	504	4.314.300	494
TOTAL	5.200.773	17.078	4.820.072	15.933

Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais:

a) Cíveis

- Irregularidades – A controlada Light SESA possui diversas ações cíveis onde se discutem irregularidades, decorrentes de perdas comerciais (não técnicas) ocorridas em razão de alteração de medidores, furto de equipamentos, ligações irregulares e ligações clandestinas, o que, cotidianamente, se conhece como “gato”. As discussões, em sua grande maioria, pautam-se na comprovação da irregularidade e nos valores cobrados pela concessionária em razão da constatação da mesma. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$30.911 (R\$33.301 em 31 de dezembro de 2014).
- Valores cobrados e faturas – Diversas discussões judiciais tramitam atualmente onde se discutem os valores cobrados pela controlada Light SESA para a prestação do serviço, como valores de demanda, valores de consumo, encargos financeiros, taxas, seguros, entre outros. O montante atualmente quantificável para estas ações é de R\$59.084 (R\$47.394 em 31 de dezembro de 2014).
- Acidentes - A controlada Light SESA figura como ré em ações propostas por vítimas e/ou por sucessores de vítimas de acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço, pelas mais diversas causas. O montante atualmente quantificável referente às ações é de R\$30.173 (R\$27.644 em 31 de dezembro de 2014).
- Interrupção e suspensão – Existem em trâmite diversas ações discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e,

também, suspensão do serviço, quer seja em razão de inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores da suspensão. O montante atualmente quantificável referente às ações é na ordem de R\$39.826 (R\$27.416 em 31 de dezembro de 2014).

- Equipamentos e redes – A controlada Light SESA possui discussões judiciais em razão dos medidores eletrônicos utilizados pela concessionária para aferir o consumo de energia. As discussões versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores, aprovação pelo órgão metrológico, entre outros e, também, discussões acerca de sua rede, em razão de extensão, remoção ou ainda participação financeira do cliente para instalação da rede. O montante atualmente quantificável referente às ações é de R\$6.894 (R\$7.522 em 31 de dezembro de 2014).
- Em relação às discussões cíveis, ressaltamos as ações propostas pela Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. No primeiro trimestre de 2012 a CSN ajuizou ação pleiteando, aproximadamente, R\$100.000 a título de indenização em razão de interrupções ocorridas na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Destaca-se que, do valor total requerido, R\$88.700 são relativos somente à interrupção ocorrida em 10 de novembro de 2009, que atingiu 40% do território brasileiro e mais de 90% do território paraguaio, o que, por si só, demonstra que suas causas fogem ao âmbito de atuação da Light SESA, como distribuidora de energia elétrica. Ademais, o relatório da ONS concluiu que a origem e causa da referida interrupção foi de responsabilidade de Furnas. Assim, a exposição do risco para a Companhia é de R\$35.531 (R\$35.531 em 31 de dezembro de 2014).
- A controlada Light SESA celebrou acordo com um reclamante em determinado processo relacionado a IPTU, em que o advogado da contraparte está pleiteando o pagamento de honorários de sucumbência. A Companhia entende que estes honorários não são devidos. O montante atualmente quantificável é de R\$11.800 (R\$11.100 em 31 de dezembro de 2014).

b) Fiscais

- ICMS Perdas Comerciais (Autos de Infração nº 03326780-8, 04011949-7, 03.326.784-0, 04.028.752-6, 03.380329-7, 03.380330-5 e 601367) - lavrados para cobrar ICMS, Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF) e multa (relativos aos períodos de jan/92 a jun/93, jan/99 a dez/2003 e jan/06 a dez/13) supostamente incidentes sobre valores relativos às perdas de energia elétrica em operações anteriores à sua distribuição, realizadas entre as empresas geradoras e a controlada Light SESA. A controlada Light SESA apresentou impugnações em face destas autuações, as quais foram julgadas improcedentes, tendo sido, na sequência, interpostos Recursos Voluntários nos autos de infração nºs 03.326.784-0 e 04.028.752-6 a fiscalização manifestou-se formalmente para reconhecer que as perdas incorporadas na tarifa devem ser

excluídas da base de cálculo autuada, de modo que estes dois processos seguirão para o Conselho de Contribuintes para julgamento. No auto de infração nº 601367 houve decisão definitiva que excluiu da base de cálculo elementos estranhos às perdas comerciais. Contra esta decisão, a Light SESA interpôs recurso para questionar o valor remanescente. O montante atualmente quantificável destes autos é de R\$2.244.500 (R\$2.081.800 em 31 de dezembro de 2014).

- LIR/LOI - IRPJ/CSLL – (Processos 16682.720216/2010-83, 15374-001.757/2008-13, 16682.721091/2011-90 e 16682.720203/2014-38) - A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia, especialmente, a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros, e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial (conceito mais amplo que inclui variações cambiais e previsto na IN 213/02). Para se valer dos benefícios do programa do REFIS, a Light SESA desistiu integralmente do mandado de segurança que, em razão deste fato, transitou em julgado com decisão desfavorável à Light SESA. Diante disto, alterou-se o procedimento para passar a tributar os resultados pelo método de equivalência patrimonial, em consonância com o que fora decidido no Mandado de Segurança. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2008 passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para 2004, foi ajuizada Execução Fiscal a qual aguarda julgamento dos Embargos à Execução. Para 2005 foi dado provimento ao Recurso Voluntário da Light SESA para cancelar a autuação. Aguarda-se o julgamento do Recurso Especial da União. Já para 2006 a 2008, aguarda-se julgamento dos Recursos Voluntários pelo CARF. Em abril de 2014, a Light SESA foi autuada com relação ao ano de 2009, tendo apresentado impugnação. O prognóstico de perda é considerado possível pelos assessores jurídicos e o montante atualmente quantificável é de R\$590.100 (R\$560.300 em 31 de dezembro de 2014).
- IN 86 - 2003 a 2005 (Processo 10707000751/2007-15) - Auto de infração lavrado para cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. O processo administrativo encerrou-se em julho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição em Dívida Ativa da União do débito objeto desta cobrança. Em julho de 2015 foi deferida liminar que suspendeu a exigibilidade do aludido débito, contra a qual não houve interposição de recursos por parte da Fazenda Nacional. Aguarda-se pelo proferimento de sentença. O montante atualmente quantificável, é de R\$346.600 (R\$329.100 em 31 de dezembro de 2014).
- Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos (TFOP) – A controlada Light SESA possui diversos

processos discutindo TFOP, lançada pela Prefeitura Municipal de Barra Mansa. A Light SESA apresentou exceção de pré-executividade nesses processos e no Supremo Tribunal Federal – STF obteve liminar determinando a suspensão das cobranças até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 640286. Foi proferida decisão pelo STF dando provimento ao Recurso Extraordinário da Companhia. O Município apresentou Embargos de Declaração em face desta decisão, o qual aguarda por julgamento. O montante atualmente quantificado dos processos é de R\$330.900 (R\$277.300 em 31 de dezembro de 2014).

- Cobrança de ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto adquirido de terceiros, devidamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. O Processo administrativo encerrou-se em setembro de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que por sua vez impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição de parte do débito em Dívida Ativa do Estado relativa aos juros e correção monetária. A liminar foi deferida, mas posteriormente foi cassada por decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Ajuizada Execução Fiscal, tendo a Light SESA apresentado seguro para garantia do juízo. O montante atualmente quantificável é de R\$540.300 (R\$483.100 em 31 de dezembro de 2014).
- ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda” (Processos 0342346-60.2015.8.19.0001, 0354511-42.2015.8.19.0001, E-04/036.121/2014 e E-04/036.122/2014) - Autos de Infração lavrados para cobrança de ICMS incidente sobre os valores recebidos pela controlada Light SESA a título de subvenção econômica relativa aos consumidores de energia da subclasse baixa-renda oriundos do Fundo de Reserva Global de Reversão. Os processos nºs E-04/059.150/2004 e E-04/054.753/2011 se encerraram na esfera administrativa desfavoravelmente à Companhia e geraram inscrições em Dívida Ativa, contra as quais foram ajuizadas ações anulatórias, nas quais houve deferimento de liminar para suspensão da exigibilidade dos aludidos créditos. Nos demais processos administrativos acima citados, foram apresentadas as respectivas impugnações, as quais foram julgadas improcedentes, tendo sido, na sequência, interpostos Recursos Voluntários em um foi negado provimento e, no outro, aguarda-se pelo julgamento. O montante atualmente quantificável em todos esses processos é de R\$166.000 (R\$152.600 em 31 de dezembro de 2014).
- Despachos Decisórios (70 processos) proferidos pela Receita Federal para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA apresentou Manifestações de Inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em alguns casos já houve trânsito em julgado favorável a Light SESA e em outros casos houve decisões desfavoráveis, contra as quais recorreremos. O

montante atualmente quantificável é de R\$201.400 (R\$192.200 em 31 de dezembro de 2014).

c) Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial e reflexos, horas extras e reflexos, acidente de trabalho, diferença de adicional de periculosidade e dano moral.

Destacamos abaixo cada um destes pedidos:

- Equiparação salarial e reflexos – com este pedido os reclamantes pretendem receber diferenças salariais alegando que exercem ou exerceram atividades idênticas a outro empregado ou ex-empregado, com a mesma produtividade e perfeição técnica, e que, no entanto, recebiam salários diferentes. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$15.141 (R\$17.298 em 31 de dezembro de 2014).
- Horas extras e reflexos – pretendem os reclamantes o pagamento de horas extras alegando que teriam realizado suas atividades em jornada extraordinária, e que essas horas não teriam sido pagas e nem compensadas. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$58.927 (R\$63.458 em 31 de dezembro de 2014).
- Acidente de trabalho - Acidentes de trabalho de empregados/ex-empregados ou prestadores de serviço alegando responsabilidade da Light, pretendendo indenizações e pensões vitalícias. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$18.981 (R\$20.659 em 31 de dezembro de 2014).
- Diferença de adicional de periculosidade – a Companhia, no passado, praticou o pagamento do referido adicional de 30% do salário base até abril de 2012, conforme disposto em Acordo Coletivo 2011/2012. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$58.992 (R\$55.792 em 31 de dezembro de 2014).
- Dano moral – pedido feito com diferentes fundamentações: perseguição, assédio moral, falta de segurança (atuação em área de risco) e outros. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$46.045 (R\$36.344 em 31 de dezembro de 2014).

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa

Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$13.256, e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

A seguir destacamos os processos em andamento, cujo prognóstico de perda é remoto, com valores significativos em discussão, os quais, em caso de decisão desfavorável, podem impactar a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto:

a) Fiscais

- PASEP/PIS (Processo 15374002130/2006-18) – Glosa de Compensação efetuada pela controlada Light SESA de créditos de PASEP com débitos de PIS. Julgada improcedente a impugnação da Companhia. Interposto Recurso Voluntário. Proferida decisão pelo Conselho determinando a baixa do processo à 1ª instância para apuração do crédito em discussão no processo. O montante atualmente quantificável é de R\$288.500 (R\$280.900 em 31 de dezembro de 2014).
- IRRF Glosa de Compensação LIR/LOI (Processo 10768.002.435/2004-11) - Não homologação das compensações relativas a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e IRRF sobre pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos, compensados em função de saldo negativo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica no ano-base 2002. Julgada improcedente a manifestação de inconformidade apresentada pela controlada Light SESA. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário interposto. Considerando a decisão favorável obtida, em agosto de 2012, do processo 18471002113/2004-09, que impacta diretamente neste caso, o prognóstico de perda é remoto. O montante atualmente quantificável, é de R\$228.800 (R\$220.700 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia não considera os demais processos individualmente relevantes para divulgação.

Conforme Comunicados ao Mercado, divulgados em 30 de março de 2015 e 14 de abril de 2015, a Companhia informou, no âmbito das notícias veiculadas na imprensa sobre a “Operação Zelotes”, que não tem conhecimento das supostas irregularidades, não foi notificada até o momento e que todos os julgamentos de processos nos quais suas

subsidiárias obtiveram êxito foram baseados em teses jurídicas de conhecimento geral, fundamentadas em pareceres de personalidades renomadas no meio jurídico, bem como por meio da apresentação de documentos idôneos que comprovaram a improcedência das autuações fiscais.

Conforme Comunicado ao Mercado, divulgado em 20 de outubro de 2015, a Companhia informou, no âmbito de notícia veiculada na imprensa sobre a aquisição de participação na Guanhães Energia, que não tem conhecimento de pagamentos a intermediários, sendo que interagiu diretamente com a Investminas Participações S.A. (“Investminas”) e Cemig GT, reconhecendo apenas o pagamento realizado à Investminas como vendedora da participação acionária de 51% na Guanhães Energia.

22. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Seguem abaixo as obrigações registradas no Balanço Patrimonial da Companhia com benefícios de plano de pensão:

	Consolidado					
	30.09.2015			31.12.2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida contratual com fundo de pensão	-	34.828	34.828	-	31.976	31.976
Outros	173	-	173	123	-	123
TOTAL	173	34.828	35.001	123	31.976	32.099

Em 13 de fevereiro de 2014, a Companhia concluiu a quitação dos Instrumentos Particulares de Distrato dos Contratos para Equacionamento de Déficit Técnico, Refinanciamento das Reservas a Amortizar com a Braslight, pelo valor total de R\$1.228.205, incluindo a atualização pelo CDI.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia assumiu uma dívida de R\$31.976 em decorrência do déficit técnico acumulado pelo plano C saldado, oriundo de alteração da tábua de mortalidade mediante teste anual de aderência da tábua, conforme estabelecido no contrato de Assunção de Obrigação sujeita à Condição e a Termo, assinado em 31 de dezembro de 2013.

Abaixo, a movimentação ocorrida no passivo contratual nos períodos de 2015 e 2014:

	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
SALDO EM 31.12.2014	-	31.976	31.976
Atualizações no resultado do período	-	2.852	2.852
SALDO EM 30.09.2015	-	34.828	34.828

	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
SALDO EM 31.12.2013	1.224.666	-	1.224.666
Amortizações no período	(1.228.205)	-	(1.228.205)
Atualizações no resultado do período	3.539	-	3.539
SALDO EM 30.09.2014	-	-	-

23. OUTROS DÉBITOS

	Consolidado					
	30.09.2015			31.12.2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento de Clientes	1.376	-	1.376	1.714	-	1.714
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.130	-	2.130	2.637	-	2.637
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	1.069	-	1.069	1.810	-	1.810
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	1.086	-	1.086	2.558	-	2.558
Programa de Eficiência Energética – PEE	69.258	-	69.258	66.218	-	66.218
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	38.426	-	38.426	30.986	-	30.986
Taxa de Iluminação Pública	59.763	-	59.763	55.495	-	55.495
Reserva para reversão	-	70.320	70.320	-	70.320	70.320
Outros ^(a)	55.863	6.051	61.914	49.183	5.778	54.961
TOTAL	228.971	76.371	305.342	210.601	76.098	286.699

^(a) Referente a outros débitos de naturezas diversas

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 30 de setembro de 2015, a Light S.A. tinha como grupo controlador a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, Luce Empreendimentos e Participações S.A. e Rio Minas Energia Participações S.A. (RME) - Sociedade controlada pela Redentor Energia S.A.

As participações em controladas e controladas em conjunto estão descritas na nota explicativa 2.

Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos apresentados:

a.1) Ativos e receitas

Contratos com o mesmo grupo (Grupo do balanço, características do contrato e vínculo)	Valor original	Saldo remanescente	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
						30.09.2015	31.12.2014	01.01.2015 a 30.09.2015	01.01.2014 a 30.09.2014
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A	57	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	57	54	565	566
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Light SESA com a Lightger - Está sob controle comum	N/A	27	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	27	26	243	125
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Light Energia com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A	11	A partir de dez/2002	Preço praticado no mercado regulado	N/A	11	13	110	102
Cliente - Cobrança referente a prestação de serviços da Light Energia com a Lightger - Está sob controle comum	N/A	85	dez/2012 a abr/2019	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	85	186	1.138	1.571

a.2) Fundo de renda fixa – Pampulha

A Companhia é cotista do Fundo Pampulha (“Fundo”), que se constitui em um fundo exclusivo entre a Companhia e outras partes relacionadas. A Companhia, por meio do Fundo, realiza algumas aplicações em títulos emitidos por entidades relacionadas, conforme detalhado a seguir:

Fundo Pampulha	Período de vigência	Condições contratuais	Ativo correspondente a participação da Light	
			30.09.2015	31.12.2014
Aplicação em fundo de investimento por parte da Companhia no Fundo Pampulha - Fundo Araxá x Cemig GT	dez/2013 a dez/2016	CDI + 0,84% a.a	6.535	-
Aplicação em fundo de investimento por parte da Companhia no Fundo Pampulha - Fundo Araxá x Cemig GT	fev/2012 a fev/2017	CDI + 0,72% a.a	1.242	-
Aplicação em fundo de investimento por parte da Light SESA no Fundo Pampulha - Fundo Araxá x Cemig GT	jul/2015 a jul/2018	CDI + 1,60% a.a	6.180	-
Aplicação em fundo de investimento por parte da Companhia no Fundo Pampulha - Fundo Ouro Preto x Axxiom	jan/2013 a jan/2017	109% do CDI a.a	1.310	-
Aplicação em fundo de investimento por parte da Companhia no Fundo Pampulha - Fundo Congonhas x Cemig Telecom	dez/2014 a dez/2015	CDI + 1,68% a.a	665	-
Aplicação em fundo de investimento por parte da Companhia no Fundo Pampulha - Fundo Araxá x Ativas	dez/2014 a dez/2015	CDI + 3,49% a.a.	2.543	-
Aplicação em fundo de investimento por parte da Companhia no Fundo Pampulha - Fundo Araxá x Ativas	dez/2014 a dez/2015	CDI + 3,49% a.a.	3.179	-
Aplicação em fundo de investimento por parte da Companhia no Fundo Pampulha - Fundo Tiradentes x Brasnorte	dez/2014 a jun/2016	CDI + 1,64% a.a.	706	-
Aplicação em fundo de investimento por parte da Companhia no Fundo Pampulha - Fundo Tiradentes x ETAU	dez/2014 a dez/2019	CDI + 1,53% a.a.	1.256	-

b) Passivos e despesas

Contratos com o mesmo grupo (Grupo do balanço, características do contrato e vínculo)	Valor original	Saldo remanescente	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
						30.09.2015	31.12.2014	01.01.2015 a 30.09.2015	01.01.2014 a 30.09.2014
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	614.049	265.707	jan/2006 a dez/2038	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	643	758	(26.595)	(8.012)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	61.830	59.379	jan/2010 a dez/2039	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	241	291	(1.769)	(1.678)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A	589	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	589	686	(4.211)	(3.362)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light Energia com a Lightger - Está sob controle comum	217.213	154.457	dez/2010 a jun/2028	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	(14.001)	(12.244)
Fornecedor - Compromisso com prestação de serviços da Ativa Data Center com a Light SESA e Light Energia - Participa do grupo controlador	16.393	639	Ago/2011 a Jan/2016	Termos e condições acordados entre as partes	Não atendimento de algum índice contratual por 3 meses consecutivos	639	407	(1.308)	(4.939)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da Light SESA com a Axiom - Está sob controle comum	N/A	14.116	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	14.116	21.650	(17.265)	(2.828)
Plano Previdenciário - Compromisso da Light S.A, Light SESA, Light Energia, Light Esco e Lightcom com a Fundação de Seguridade Social Braslight - Patrocinadora da fundação	31.976	35.001	A partir de jun/2001. Vencimento indeterminado	IPCA + 5,58% a.a.	N/A	35.001	32.099	(2.852)	(3.539)

A controlada Lightcom possui contratos de compra e venda de energia incentivada de 66,8 MW médios com início do suprimento, de forma escalonada, de julho de 2014 a agosto de 2035. A energia será proveniente de projetos do portfólio da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com os contratos entres as partes.

i. Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados se referem à remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal (consolidado), reconhecidos pelo regime de competência, em cada um dos períodos apresentados.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativa aos períodos de 2015 e 2014:

	Acumulado 9 meses			
	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Honorários e benefícios de curto prazo	1.231	1.070	7.278	5.834
Bônus	454	434	4.685	4.202
Encargos Sociais	346	252	2.546	1.531
Benefícios pós-emprego	21	24	267	317
Benefícios assistenciais	44	40	1.070	284
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	223	-	1.921	-
VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO	2.319	1.820	17.767	12.168

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2015, o capital social da Light S.A. está representado por 203.934.060 ações ordinárias escriturais sem valor nominal (203.934.060 em 31 de dezembro de 2014), sendo o seu capital social de R\$2.225.822 (R\$2.225.822 em 31 de dezembro de 2014), conforme a seguir:

	30.09.2015		31.12.2014	
	Quantidade de Ações	% Participação	Quantidade de Ações	% Participação
ACIONISTAS				
GRUPO CONTROLADOR	106.304.597	52,12	106.304.597	52,12
RME Rio Minas Energia Participações S.A.	26.576.150	13,03	26.576.150	13,03
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	53.152.298	26,06	53.152.298	26,06
Luce Empreendimentos e Participações S.A.	26.576.149	13,03	26.576.149	13,03
OUTROS	97.629.463	47,88	97.629.463	47,88
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	19.140.808	9,39	19.140.808	9,39
Público	78.488.655	38,49	78.488.655	38,49
TOTAL GERAL	203.934.060	100,00	203.934.060	100,00

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 203.965.072 ações ordinárias.

26. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos períodos com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2015	2014	2015	2014
NUMERADOR				
Lucro (Prejuízo) líquido do período	37.605	(53.095)	108.847	142.698
DENOMINADOR				
Média ponderada do número de ações ordinárias	203.934.060	203.934.060	203.934.060	203.934.060
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÕES ORDINÁRIAS EM REAIS	0,184	-0,260	0,534	0,700

Nos períodos de 2015 e 2014 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído.

27. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado			
	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado
Fornecimento/Suprimento (nota 28)	3.499.383	2.226.825	10.983.964	7.591.564
Arrendamentos, aluguéis e outras	21.534	13.351	54.782	42.783
Receita de Uso da Rede	230.635	128.101	628.559	403.098
Receita de construção	309.935	256.558	707.388	634.385
Renda de prestação de serviço	4.697	14.886	50.033	50.702
Subvenção CDE	32.909	19.113	79.688	57.339
Serviço taxado	1.410	1.058	4.036	2.914
Receita não faturada - Aportes da Conta ACR e CCRBT (Nota 9)	152.542	-	1.027.580	-
Parcela A e outros itens financeiros - Receita não faturada (Nota 9)	(170.009)	-	(443.709)	-
RECEITA BRUTA	4.083.036	2.659.892	13.092.321	8.782.785
ICMS	(838.411)	(504.133)	(2.697.046)	(1.790.164)
PIS / COFINS	(253.393)	(219.793)	(969.990)	(740.554)
Outros	(1.338)	(978)	(3.496)	(4.232)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(1.093.142)	(724.904)	(3.670.532)	(2.534.950)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(437.895)	(30.504)	(1.055.509)	(82.993)
Reserva Global de Reversão - RGR	(2.676)	(2.676)	(8.027)	(4.694)
Empresa de Pesquisa Energética -EPE	(1.936)	(1.580)	(6.352)	(5.382)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(3.875)	(3.163)	(12.709)	(10.766)
Eficiência Energética - PEE	(8.437)	(6.634)	(27.422)	(22.368)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(3.875)	(3.163)	(12.709)	(10.766)
Obrigações Especiais	(57.701)	(43.746)	(198.147)	(157.255)
Outros encargos - Proinfa	(4.900)	(5.889)	(15.707)	(17.971)
Outros encargos	(6.407)	(4.047)	(20.241)	(14.098)
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	(527.702)	(101.402)	(1.356.823)	(326.293)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(1.620.844)	(826.306)	(5.027.355)	(2.861.243)
RECEITA LÍQUIDA	2.462.192	1.833.586	8.064.966	5.921.542

A receita da Companhia possui certo grau de sazonalidade em função da variação da temperatura na sua área de concessão. O faturamento aumenta nos períodos que apresentam maiores temperaturas.

A Receita não faturada – Aportes da Conta ACR e CCRBT refere-se ao reconhecimento de receita dos valores correspondentes aos recursos relativos ao Decreto 8.221/2014 (Conta ACR), no montante de R\$545.000, e à Resolução Normativa da Aneel 649/2015 (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária – CCRBT), no montante de R\$482.580, homologados pela Aneel no período de 2015. Estes montantes foram inicialmente reconhecidos como “Parcela A e outros itens financeiros – Receita não faturada”, e, quando definido que seriam recebidos diretamente por meio de aportes da Conta ACR e CCRBT, foram baixados desta rubrica e reconhecidos como “Receita não faturada – Aportes da Conta ACR e CCRBT”.

As obrigações especiais referem-se a receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos cobrada dos consumidores, no montante de R\$42.651 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 (R\$37.125 no período de 2014), e ao diferencial tarifário relativo ao tratamento especial das perdas

não técnicas da área de concessão da Light SESA, no montante de R\$155.496 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 (R\$120.130 no período de 2014), que, embora sejam faturados aos consumidores, não impactam a receita líquida da Companhia desde a última revisão tarifária da controlada Light SESA, ocorrida em novembro de 2013.

A controlada Light SESA conduziu discussões com a Aneel com o objetivo de manter a neutralidade tarifária do PIS/COFINS para a concessionária, cujos créditos de aquisição de imobilizado e intangível vem sendo repassados aos consumidores por meio da alíquota efetiva. Após a concordância do regulador, por meio da emissão do Ofício 591/2015 – SFF/Aneel em 05 de outubro de 2015, a controlada Light SESA reconstituiu o custo do ativo imobilizado e intangível, em contrapartida com a despesa de PIS/COFINS, uma vez que o custo do PIS/COFINS é recuperado efetivamente pela Light SESA por meio da base de remuneração regulatória, quando do processo de revisão tarifária.

28. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado					
	3º Trimestre					
	N.º de Contas faturadas ^{(a) (b)}		GWh ^(a)		R\$	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Residencial	3.925.049	3.835.097	1.821	1.867	1.018.792	642.714
Industrial	7.516	7.894	302	337	114.307	77.281
Comércio, serviços e outras	325.065	321.212	1.710	1.685	887.412	512.323
Rural	11.925	11.674	17	17	1.577	843
Poder público	11.819	11.737	337	363	187.346	111.371
Iluminação pública	742	751	242	168	63.131	26.687
Serviço público	1.543	1.491	289	293	109.669	57.284
Consumo próprio	460	449	30	26	-	-
FORNECIMENTO FATURADO	4.284.119	4.190.305	4.748	4.756	2.382.234	1.428.503
ICMS	-	-	-	-	824.285	487.212
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	53.977	14.381
TOTAL FORNECIMENTO ^(c)	4.284.119	4.190.305	4.748	4.756	3.260.496	1.930.096
Comercialização de energia	-	-	1.064	1.113	238.887	256.311
Energia de curto prazo	-	-	-	242	-	40.418
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	1.064	1.355	238.887	296.729
TOTAL GERAL	4.284.119	4.190.305	5.812	6.111	3.499.383	2.226.825

Consolidado						
Acumulado 9 meses						
N.º de Contas faturadas ^{(a) (b)}		GWh ^(a)		R\$		
2015	2014	2015	2014	2015	2014	
Residencial	3.925.049	3.835.097	6.656	6.747	3.413.544	2.369.935
Industrial	7.516	7.894	969	1.042	348.504	242.778
Comércio, serviços e outras	325.065	321.212	5.671	5.512	2.708.353	1.707.678
Rural	11.925	11.674	55	54	4.922	2.751
Poder público	11.819	11.737	1.143	1.217	575.937	376.434
Iluminação pública	742	751	609	516	156.370	84.028
Serviço público	1.543	1.491	885	879	307.003	175.054
Consumo próprio	460	449	89	81	-	-
Fornecimento faturado	4.284.119	4.190.305	16.077	16.048	7.514.633	4.958.658
ICMS	-	-	-	-	2.651.663	1.745.597
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	20.233	(34.947)
TOTAL FORNECIMENTO ^(c)	4.284.119	4.190.305	16.077	16.048	10.186.529	6.669.308
Comercialização de energia	-	-	3.248	2.244	739.693	758.280
Energia de curto prazo	-	-	160	454	57.742	163.976
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	3.408	2.698	797.435	922.256
TOTAL GERAL	4.284.119	4.190.305	19.485	18.746	10.983.964	7.591.564

^(a) Não revisadas pelos auditores independentes

^(b) Número de contas faturadas em setembro, com e sem consumo

^(c) Light SESA

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Consolidado								
3º Trimestre				Acumulado 9 meses				
Custos com energia		Custos de operação		Custos com energia		Custos de operação		
2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado	
CUSTOS								
Pessoal e administradores	-	-	(35.817)	(44.939)	-	-	(146.369)	(153.327)
Material	-	-	(6.509)	(3.861)	-	-	(11.487)	(18.576)
Serviço de Terceiros	-	-	(79.972)	(66.444)	-	-	(223.035)	(220.752)
Energia elétrica comprada para revenda (nota 30)	(1.489.465)	(1.128.546)	-	-	(5.444.682)	(3.593.161)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(103.193)	(85.408)	-	-	(305.713)	(270.929)
Custo de construção	-	-	(309.935)	(256.558)	-	-	(707.388)	(634.385)
Outras	-	-	(6.179)	(6.572)	-	-	(19.902)	(9.308)
TOTAL	(1.489.465)	(1.128.546)	(541.605)	(463.782)	(5.444.682)	(3.593.161)	(1.413.894)	(1.307.277)

Consolidado				
Despesas gerais e administrativas				
3º Trimestre		Acumulado 9 meses		
2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado	
DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal e administradores	(33.190)	(23.904)	(102.698)	(80.053)
Material	(490)	(180)	(504)	(370)
Serviço de terceiros	(40.554)	(37.996)	(124.940)	(100.252)
Depreciação e amortização	(11.080)	(20.820)	(34.237)	(35.301)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	(45.717)	(29.840)	(99.950)	(91.211)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais/ êxito/ depósitos judiciais	(35.031)	(20.308)	(54.060)	(38.726)
Multa por violação de indicadores de continuidade	(5.836)	(2.670)	(35.446)	(28.920)
Outras	(12.142)	(16.648)	(47.014)	(69.709)
TOTAL	(184.040)	(152.366)	(498.849)	(444.542)

Consolidado				
3º Trimestre		Acumulado 9 meses		
2015	2014	2015	2014	
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS)				
Outras receitas operacionais	222	-	575	170
Outras despesas operacionais	(23.172)	(3.072)	(37.520)	(23.979)
TOTAL	(22.950)	(3.072)	(36.945)	(23.809)

30. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Consolidado							
	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	GWh ^(a)		R\$		GWh ^(a)		R\$	
	2015	2014	2015	2014 Reapresentado	2015	2014	2015	2014 Reapresentado
Encargos de conexão	-	-	(2.746)	627	-	-	(8.239)	(6.252)
Encargos uso da Rede Distribuição - CUSD	-	-	(631)	-	-	-	(1.930)	-
Energia de Curto Prazo (Spot)	11	55	(158.787)	(145.603)	1.459	2.286	(968.680)	(1.678.468)
Encargos Uso da Rede	-	-	(70.968)	(90.774)	-	-	(243.300)	(206.609)
UTE Norte Fluminense	1.601	1.601	(309.499)	(283.357)	4.751	4.751	(918.515)	(840.970)
Itaipu - Binacional	1.285	1.325	(399.058)	(174.383)	3.809	3.918	(1.032.596)	(511.466)
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	(6.510)	(5.265)	-	-	(16.613)	(13.953)
O.N.S.	-	-	(4.693)	(4.737)	-	-	(15.181)	(13.625)
PROINFA	122	134	(32.105)	(33.402)	377	374	(95.308)	(99.899)
ESS	-	-	(50.688)	(25.903)	-	-	(165.468)	(72.137)
Outros contratos e Leilão de Energia	3.952	3.807	(589.752)	(663.275)	12.569	11.907	(2.427.797)	(2.067.778)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	135.972	126.747	-	-	448.945	375.192
Aporte CDE								
Risco Hidrológico	-	-	-	87.946	-	-	-	36.818
Exposição involuntária	-	-	-	33.332	-	-	-	1.254.792
Disponibilidade (Térmicas)	-	-	-	49.501	-	-	-	269.086
CONER (Energia de Reserva)	-	-	-	-	-	-	-	(12.844)
Energia de Reserva	-	-	-	-	-	-	-	(5.048)
TOTAL	6.971	6.922	(1.489.465)	(1.128.546)	22.965	23.236	(5.444.682)	(3.593.161)

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

31. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado			
	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado
RECEITA				
Acréscimo moratório s/ contas de energia e parcelamento de débitos	28.468	17.045	86.382	58.408
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	19.564	40.124	47.063	84.801
Operações de swap	381.676	69.962	529.740	-
Atualização de Depósitos Judiciais	5.736	3.990	13.917	9.422
Atualização a VNR	38.616	(12.803)	121.974	32.004
Atualização da Parcela A e outros itens financeiros (Nota 9)	20.855	-	71.151	-
Outras receitas financeiras ^(a)	4.158	5.313	13.960	32.865
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	499.073	123.631	884.187	217.500
DESPESA				
Atualização de provisão para contingências	(3.116)	(611)	(11.173)	(15.718)
Despesas com passivos tributários	(4.283)	1.247	(15.909)	(6.954)
Encargos de dívida	(169.509)	(157.188)	(465.570)	(412.303)
Variação cambial e monetária	(528.367)	(106.836)	(815.913)	(57.870)
Operações de swap	-	-	-	(24.568)
AVP de contas a receber	(1.747)	(332)	(8.648)	3.069
Variação Cambial sobre Faturas de Energia	(52.263)	(10.410)	(78.419)	(4.584)
Outras despesas financeiras ^(a)	(10.238)	(14.054)	(20.263)	(21.675)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(769.523)	(288.184)	(1.415.895)	(540.603)
RESULTADO FINANCEIRO	(270.450)	(164.553)	(531.708)	(323.103)

^(a) Referente a outras receitas e despesas de naturezas diversas.

Em 01 de abril de 2015, foi publicado o Decreto nº 8.426/15, que revogou o Decreto nº 5.442/05 e majorou a alíquota do PIS/COFINS sobre as receitas financeiras para 4,65% a partir de 1 de julho de 2015. Posteriormente, foi publicado o Decreto nº 8.451, de 19 de maio de 2015, o qual, entre outras medidas, manteve em zero a alíquota especificamente para as receitas registradas em razão da variação monetária sobre

empréstimos, financiamentos e operações hedge. A Companhia está recolhendo o PIS/COFINS sobre as receitas financeiras, exceto sobre aquelas não abarcadas pela Lei 12.973/2014.

32. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	37.605	(53.095)	22.118	(79.468)	108.847	142.698	158.174	222.160
Aliquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	(12.786)	18.052	(7.520)	27.019	(37.008)	(48.517)	(53.779)	(75.534)
Equivalência patrimonial	13.335	(17.575)	23.268	(250)	39.406	50.899	6.557	(2.547)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02 - Light S.A.	(549)	(413)	(441)	(413)	(2.398)	(2.447)	(2.290)	(2.447)
Incentivos Fiscais	-	-	(191)	171	-	-	563	2.001
Outros efeitos de imposto de renda e contribuição social s/ as adições e exclusões permanentes	-	(64)	371	(154)	-	65	(378)	(935)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	-	-	15.487	26.373	-	-	(49.327)	(79.462)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	-	-	27.165	7.443	-	-	(31.643)	(89.467)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	(11.678)	18.930	-	-	(17.684)	10.005
Aliquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	N/A	N/A	-70,0%	33,2%	N/A	N/A	31,2%	35,8%

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Controladora			
	30.09.2015		31.12.2014	
	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	16.998	16.998	14.412	14.412
Serviços prestados a receber	141	141	140	140
Dividendos e JCP a receber	150.152	150.152	150.152	150.152
Outros créditos	2.946	2.946	4.248	4.248
TOTAL	170.237	170.237	168.952	168.952
PASSIVO				
Fornecedores	174	174	1.351	1.351
Dividendos e JCP a pagar	157.422	157.422	157.422	157.422
Outros débitos	3.646	3.646	3.630	3.630
TOTAL	161.242	161.242	162.403	162.403

ATIVO	Consolidado			
	30.09.2015		31.12.2014	
	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	145.294	145.294	401.138	401.138
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	336.864	336.864	104.698	104.698
Consumidores, Concessionárias, Permissionárias e	1.993.046	1.993.046	1.592.226	1.592.226
Serviços prestados a receber	43.365	43.365	38.009	38.009
Swaps	695.380	695.380	211.291	211.291
Parcela A e outros itens financeiros (nota 9)	741.612	741.612	1.114.170	1.114.170
Ativo financeiro de concessões (nota 10)	2.653.561	2.653.561	2.446.443	2.446.443
Outros créditos (nota 11)	342.489	342.489	285.409	285.409
TOTAL	6.951.611	6.951.611	6.193.384	6.193.384
PASSIVO				
Fornecedores (nota 15)	1.131.274	1.131.274	1.560.390	1.560.390
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	4.336.053	3.916.976	3.211.497	2.934.240
Debêntures (nota 18)	3.463.601	3.260.779	3.370.804	3.364.127
Dividendos e JCP a pagar	157.422	157.422	157.422	157.422
Swaps	115.721	115.721	16.770	16.770
Outros débitos (nota 23)	305.342	305.342	286.699	286.699
TOTAL	9.509.413	8.887.514	8.603.582	8.319.648

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009 que revogou a Deliberação nº 566/2008, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015, estão identificadas nessa nota explicativa.

- Equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários são classificadas como “empréstimos e recebíveis”.

- Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e outros títulos de liquidez imediata, são classificadas como “mantidas para negociação”, mensuradas a valor justo por meio de resultado.

- Consumidores, concessionárias e permissionárias (clientes)

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, mensurados ao custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

- Serviços prestados a receber

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, mensurados ao custo

amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas quando aplicável.

- Parcela A e outros itens financeiros

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, mensurados ao custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos dos correspondentes encargos, atualizações monetárias e sujeitos a provisão para perdas, quando aplicável.

- Ativo financeiro de concessões

São classificados como “disponíveis para venda”, mensurados pelo seu valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os juros são calculados pelo método da taxa efetiva de juros e reconhecidos na demonstração de resultado como parte do resultado financeiro, enquanto que as variações para registro ao valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

- Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Estes saldos estão classificados como outros passivos financeiros e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não diverge significativamente do valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

São mensurados ao custo amortizado. O valor justo, para fins de divulgação, foi calculado utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos. O valor justo para o financiamento do BNDES é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “outros passivos financeiros”.

- Dividendos e JCP a pagar

Dividendos e JCP a pagar, classificados como outros passivos, são mensurados a custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos.

- Outros créditos e outros débitos

Outros créditos e outros débitos, classificados como “empréstimos e recebíveis” e “outros passivos”, são mensurados a custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos,

variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço ou sujeitos a provisão para perdas, quando aplicável.

- *Swaps*

São mensurados pelo valor justo. A determinação do valor justo foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis e a metodologia usual de precificação: para a ponta ativa (em dólares norte-americanos) a avaliação do valor nominal (nocional) até a data de vencimento e descontado a valor presente às taxas de cupom limpo, publicadas nos boletins da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA.

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

a) Instrumentos Financeiros por categoria:

	Controladora			
	30.09.2015		31.12.2014	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	16.998	-	14.412	-
Serviços prestados a receber	141	-	140	-
Dividendos a receber	150.152	-	150.152	-
Outros créditos	2.946	-	4.248	-
TOTAL	170.237	-	168.952	-

	Controladora			
	30.09.2015		31.12.2014	
	Outros passivos	Valor justo através do resultado	Outros passivos	Valor justo através do resultado
PASSIVO				
Fornecedores	174	-	1.351	-
Dividendos e JCP a pagar	157.422	-	157.422	-
Outros débitos	3.646	-	3.630	-
TOTAL	161.242	-	162.403	-

	Consolidado					
	30.09.2015			31.12.2014		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	145.294	-	-	401.138	-	-
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	-	336.864	-	-	104.698	-
Consumidores, Concessionárias, Permissionárias e Clientes (nota 6)	1.993.046	-	-	1.592.226	-	-
Serviços prestados a receber	43.365	-	-	38.009	-	-
Swaps	-	695.380	-	-	211.291	-
Parcela A e outros itens financeiros (nota 9)	741.612	-	-	1.114.170	-	-
Ativo financeiro de concessões (nota 10)	-	-	2.653.561	-	-	2.446.443
Outros créditos (nota 11)	342.489	-	-	285.409	-	-
TOTAL	3.265.806	1.032.244	2.653.561	3.430.952	315.989	2.446.443

	Consolidado			
	30.09.2015		31.12.2014	
	Outros passivos	Valor justo através do resultado	Outros passivos	Valor justo através do resultado
PASSIVO				
Fornecedores (nota 15)	1.131.274	-	1.560.390	-
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	4.336.053	-	3.211.497	-
Debêntures (nota 18)	3.463.601	-	3.370.804	-
Dividendos e JCP a pagar	157.422	-	157.422	-
Swaps	-	115.721	-	16.770
Outros débitos (nota 23)	305.342	-	286.699	-
TOTAL	9.393.692	115.721	8.586.812	16.770

b) Política para utilização de derivativos

A Companhia possui uma política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração que determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, vedando qualquer utilização de caráter especulativo, seja em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em linha com o disposto na política, a Companhia não possui opções *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. Ademais, fica evidenciado através do quadro mais abaixo que a Companhia utiliza o *swap* cambial sem caixa (US\$ versus CDI), cujo Valor Nominal Contratado equivale ao montante de serviço da dívida denominada em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses.

c) Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

A administração dos instrumentos derivativos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em fiscalização permanente do cumprimento da política para utilização de derivativos, bem como acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

d) Risco de Mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo:

Composição da dívida (não inclui encargos financeiros):

	Consolidado			
	30.09.2015		31.12.2014	
	R\$	%	R\$	%
USD	2.163.987	28,4	1.291.410	20,0
EUR	222.890	2,9	163.335	2,5
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	2.386.877	31,3	1.454.745	22,5
CDI	3.189.106	42,9	3.039.168	47,1
IPCA	695.480	9,5	610.436	9,4
TJLP	795.449	10,4	937.048	14,5
Outros	446.489	5,9	422.369	6,5
TOTAL - MOEDA NACIONAL	5.126.524	68,7	5.009.021	77,5
TOTAL	7.513.401	100,0	6.463.766	100,0

Em 30 de setembro de 2015, de acordo com o quadro acima, o montante de dívida denominada em moeda estrangeira é de R\$2.386.877, ou 31,3% do principal da dívida (R\$1.454.745, equivalente a 22,5% em 31 de dezembro de 2014).

Para o montante de serviço da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, cujo valor notional em 30 de setembro de 2015 era de US\$611.494 mil (US\$491.407 mil em 31 de dezembro de 2014) e de €50.000 mil (€50.000 mil em 31 de dezembro de 2014), de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os *swaps*, a exposição cambial passa a 0,91% do total da dívida em 30 de setembro de 2015 (0,45% em 31 de dezembro de 2014).

A seguir, destacam-se algumas considerações e análises acerca dos fatores de riscos que impactam o negócio das empresas do Grupo Light:

- Risco de taxa de câmbio

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos é denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses além do *swap* de taxas anteriormente mencionado. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131, junto ao Merrill Lynch, BNP, Citibank, Itaú, Santander e Bank Tokyo, já foram contratadas com

swap para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

As operações de derivativos, compreendendo os *swaps* de moedas e juros, este último demonstrado mais abaixo no relatório, apresentaram um ganho de R\$529.740 no período de nove meses de 2015 (perda de R\$24.568 no mesmo período de 2014). O valor líquido das operações de swap vigentes em 30 de setembro de 2015, considerando o valor justo, é positivo em R\$579.659 (positivo em R\$194.521 em 31 de dezembro de 2014), conforme demonstrado nos quadros a seguir de swap de moeda e taxas:

Instituição	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (US\$/EURO) Mil	Valor Justo Set. 2015 (R\$) Ativa	Valor Justo Set. 2015 (R\$) Passiva	Valor Justo Set. 2015 (R\$) Saldo
Bank Tokyo	US\$	US\$ + 2,33%	100% CDI + 0,90%	11.03.2013	11.03.2016	60.000	37.626	(868)	36.758
HSBC	US\$	US\$	82,65% CDI	20.09.2013	09.10.2015	1.433	1.927	(22)	1.905
Citibank	US\$	US\$ + Libor + 1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2017	33.333	45.075	(6.758)	38.317
Citibank	US\$	US\$ + Libor + 1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.08.2017	33.333	44.602	(7.696)	36.906
Citibank	US\$	US\$ + Libor + 1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2018	33.333	44.347	(8.440)	35.907
Citibank	US\$	US\$ + Libor + 1,51%	100% CDI +1,15%	25.02.2014	26.02.2018	100.000	134.091	(28.874)	105.217
Citibank	US\$	US\$ + Libor + 1,5988%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	03.04.2017	26.666	37.629	(8.585)	29.044
Citibank	US\$	US\$ + Libor + 1,5988%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	02.10.2017	26.667	36.261	(8.273)	27.988
Citibank	US\$	US\$ + Libor + 1,5988%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	03.04.2018	26.667	35.142	(8.017)	27.125
BNP	EUR	Eur + 2,2706%	CDI + 1,40%	22.10.2014	24.10.2016	50.000	65.955	(15.759)	50.196
Itaú	US\$	US\$ + 3,54%	CDI + 1,75%	16.12.2014	12.12.2016	50.047	66.833	(10.575)	56.258
Merrill Lynch	US\$	Libor + 2,5294%	100% CDI + 0,65%	10.11.2011	10.11.2016	50.000	24.083	(1.231)	22.852
Bank Tokyo	US\$	US\$ + 2,85%	100% CDI + 0,88%	24.11.2014	21.11.2017	20.000	28.280	(4.612)	23.668
Itaú	US\$	US\$ + 3,03%	100% CDI + 1,50%	15.12.2014	12.12.2016	25.782	29.893	(347)	29.546
Santander	US\$	US\$ + 3,386%	100% CDI + 2,00%	05.02.2015	02.02.2016	44.233	48.861	(685)	48.176
BNP	US\$	US\$ + 4,0647%	100% CDI+1,90%	01.04.2015	03.04.2017	80.000	13.760	(4.328)	9.432
TOTAL							694.365	(115.070)	579.295

Instituição	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (US\$/EURO) Mil	Valor Justo Dez. 2014 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez. 2014 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez. 2014 (R\$) Saldo
Bank Tokyo	US\$	US\$ + 2,33%	100% CDI + 0,90%	11.03.2013	11.03.2016	60.000	40.823	(508)	40.315
Itaú	US\$	US\$ + 2,42%	100% CDI	11.04.2012	11.04.2014	2.715	-	-	-
HSBC	US\$	US\$	83,29% CDI	20.09.2013	10.04.2015	1.431	611	(354)	257
HSBC	US\$	US\$	82,65% CDI	20.09.2013	09.10.2015	1.433	601	(348)	253
Citibank	US\$	US\$ + Libor + 1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2017	33.333	20.105	(638)	19.467
Citibank	US\$	US\$ + Libor + 1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.08.2017	33.333	20.254	(640)	19.614
Citibank	US\$	US\$ + Libor + 1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2018	33.333	20.546	(642)	19.904
Citibank	US\$	US\$ + Libor + 1,51%	100% CDI +1,15%	25.02.2014	26.02.2018	100.000	24.777	(2.353)	22.424
Citibank	US\$	US\$ + Libor + 1,5988%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	03.04.2017	26.666	15.669	(1.253)	14.416
Citibank	US\$	US\$ + Libor + 1,5988%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	02.10.2017	26.667	15.760	(1.257)	14.503
Citibank	US\$	US\$ + Libor + 1,5988%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	03.04.2018	26.667	15.976	(1.261)	14.715
BNP	EUR	Eur + 2,2706%	CDI + 1,40%	22.10.2014	24.10.2016	50.000	908	(3.089)	(2.181)
Itaú	US\$	US\$ + 3,54%	CDI + 1,75%	16.12.2014	12.12.2016	50.047	-	(2.772)	(2.772)
Merrill Lynch	US\$	Libor + 2,5294%	100% CDI + 0,65%	10.11.2011	10.11.2016	50.000	33.835	(587)	33.248
Bank Tokyo	US\$	US\$ + 2,85%	100% CDI + 0,88%	24.11.2014	21.11.2017	20.000	1.080	(475)	605
Itaú	US\$	US\$ + 3,03%	100% CDI + 1,50%	15.12.2014	12.12.2016	25.782	-	(593)	(593)
TOTAL							210.945	(16.770)	194.175

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 30 de setembro de 2015. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia possuía contratos de *swap*, cujas posições de ativos apresentavam os seguintes valores na curva (*accrual*) e valores de mercado (contábil):

Instituição	Moeda	Data de Início	Data de Vencimento	Principal - R\$	Principal (US\$/EURO) Mil	Ativo Líquido Swap		Ajuste
						Accrual	Mercado	
Bank Tokyo	US\$	11.03.2013	11.03.2016	116.880	60.000	37.626	36.758	(868)
HSBC	US\$	20.09.2013	09.10.2015	3.178	1.433	1.927	1.905	(22)
Citibank	US\$	23.08.2012	23.02.2017	67.333	33.333	44.675	38.317	(6.358)
Citibank	US\$	23.08.2012	23.08.2017	67.333	33.333	44.675	36.906	(7.769)
Citibank	US\$	23.08.2012	23.02.2018	67.333	33.333	44.675	35.907	(8.768)
Citibank	US\$	25.02.2014	26.02.2018	235.750	100.000	134.091	105.217	(28.874)
Citibank	US\$	02.10.2012	03.04.2017	54.133	26.666	34.923	29.044	(5.879)
Citibank	US\$	02.10.2012	02.10.2017	54.133	26.667	34.923	27.988	(6.935)
Citibank	US\$	02.10.2012	03.04.2018	54.133	26.667	34.923	27.125	(7.798)
BNP	EUR	22.10.2014	24.10.2016	156.935	50.000	60.008	50.196	(9.812)
Itaú	US\$	16.12.2014	12.12.2016	132.000	50.047	63.711	56.258	(7.453)
Merrill Lynch	US\$	10.11.2011	10.11.2016	87.400	50.000	24.083	22.852	(1.231)
Bank Tokyo	US\$	24.11.2014	21.11.2017	50.782	20.000	28.280	23.668	(4.612)
Itaú	US\$	15.12.2014	12.12.2016	68.000	25.782	29.893	29.546	(347)
Santander	US\$	05.02.2015	02.02.2016	120.000	44.233	48.861	48.176	(685)
BNP	US\$	01.04.2015	03.04.2017	217.032	80.000	13.760	9.432	(4.328)
TOTAL						681.034	579.295	(101.739)

O valor na curva do ativo líquido de *swap* de R\$681.034 é referente às operações vigentes de dívida via Resolução CVM 4.131 e foi constituído devido à desvalorização do real frente ao dólar no período, anulando os efeitos da perda da variação cambial das dívidas em moeda estrangeira.

Em consonância ao critério adotado pelas práticas contábeis brasileiras e pelo IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos deve ser registrado a valor de mercado e não pela curva dos instrumentos. Diante disso, foi registrado o ativo líquido de *swap* de R\$579.295 gerando uma despesa de ajuste de valor a mercado no total de R\$101.739 até 30 de setembro de 2015.

O valor de mercado do ativo líquido de *swap* ficou abaixo do valor da curva principalmente pelo aumento do cupom cambial ocorrido no mês de setembro de 2015. O cupom cambial é a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor de mercado dos derivativos cambiais. No caso de uma redução do cupom cambial durante os próximos meses, a perda reconhecida em setembro pelo ajuste de valor a mercado poderá ser parcial ou totalmente revertida. Ao contrário, caso ocorra uma elevação do cupom cambial durante os próximos meses, a perda reconhecida em setembro pelo ajuste de valor a mercado poderá ser aumentada.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 30 de setembro de 2016. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 30 de setembro de 2015. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, devido obtenção dos respectivos *waivers*.

Análise de sensibilidade da Taxa de Câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes: BM&FBOVESPA (em 09 de outubro de 2015), BNDES (em 09 de outubro de 2015), FOCUS (em 09 de outubro de 2015) e Bloomberg (em 20 de outubro de 2015).

OPERAÇÃO	Risco	Dívida (US\$ e EUR) Mil	R\$		
			Provável Cenário (I)	Cenário (II) - 25%	Cenário (III) - 50%
PASSIVOS FINANCEIROS			(183.301)	464.104	1.111.511
PAR BOND TESOURO NACIONAL - DÍVIDA 1996	US\$	40.025	(11.892)	30.836	73.563
PAR BOND TESOURO NACIONAL - CAUÇÃO 1996	US\$	(31.178)	9.263	(24.020)	(57.302)
DISCOUNT BOND TESOURO NACIONAL - DÍVIDA 1996	US\$	27.333	(8.121)	21.057	50.235
DISCOUNT BOND TESOURO NACIONAL - CAUÇÃO 1996	US\$	(21.791)	6.474	(16.788)	(40.050)
OPERAÇÃO 4131 BOFA - 2011	US\$	27.080	(8.045)	20.862	49.770
OPERAÇÃO 4131 CITI - 2012	US\$	100.205	(29.771)	77.198	184.167
OPERAÇÃO 4131 TOKYO - 2013	US\$	60.068	(17.846)	46.276	110.399
OPERAÇÃO 4131 CITI - 2014	US\$	100.179	(29.763)	77.178	184.119
OPERAÇÃO 4131 ITAÚ - 2014	US\$	26.315	(7.818)	20.273	48.364
OPERAÇÃO 4131 TOKYO - 2014	US\$	20.058	(5.959)	15.453	36.865
OPERAÇÃO 4131 SANTANDER - 2015	US\$	44.973	(13.361)	34.647	82.655
OPERAÇÃO 4131 BNP - 2015	US\$	24.946	(7.411)	19.218	45.847
OPERAÇÃO 4131 CITI - 2012 - ENERGIA	US\$	80.374	(23.880)	61.920	147.719
OPERAÇÃO 4131 BNP - 2014 - ENERGIA	EURO	50.432	(20.164)	41.080	102.325
OPERAÇÃO 4131 ITAÚ - 2014 - ENERGIA	US\$	50.512	(15.007)	38.914	92.835
DERIVATIVOS			199.038	(504.912)	(1.208.863)
Swaps de moeda (ponta ativa)	US\$	602.067	178.874	(463.832)	(1.106.538)
Swaps de moeda (ponta ativa)	EURO	50.432	20.164	(41.080)	(102.325)
TOTAL DE GANHO (PERDA)			15.737	(40.808)	(97.352)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros				-25%	-50%
Cotação R\$/US\$ (Fim do período)			4,2700	3,2025	2,1350

^(a) Taxa de câmbio paridade Euro/Dólar do Banco Central Europeu, convertida para reais pela Ptax do Banco Central do Brasil.

Diante do quadro acima, é possível identificar proteção para toda a dívida em moeda estrangeira (considerando os próximos 24 meses), sem considerar os saldos de depósito caução. No entanto, considerando os saldos de depósito caução, a Companhia apresenta um saldo de dívida inferior ao montante atrelado aos derivativos, tendo impacto negativo no seu resultado quando a cotação R\$/US\$ apresenta queda.

- Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Em 30 de setembro de 2015, a operação de *swap* de taxa de juros associada ao vencimento de CCB Bradesco com o valor nominal de R\$150.000 (R\$150.000 em 31 de dezembro de 2014), devidamente autorizada pela Administração, apresentou valor líquido, considerando o valor justo, o montante de R\$364 (R\$346 em 31 de dezembro de 2014), conforme quadro abaixo:

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (R\$)	Valor Justo Set.2015 (R\$) Ativa	Valor Justo Set.2015 (R\$) Passiva	Valor Justo Set.2015 (R\$) Saldo
HSBC	CDI + 0,85%	101,9% CDI + (TJLP-6%)	18.10.2011	18.10.2017	150.000	1.015	(651)	364
TOTAL						1.015	(651)	364

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (R\$)	Valor Justo Dez.2014 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez.2014 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez.2014 (R\$) Saldo
HSBC	CDI + 0,85%	101,9% CDI + (TJLP-6%)	18.10.2011	18.10.2017	150.000	346	-	346
TOTAL						346	-	346

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 30 de setembro de 2016. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 30 de setembro de 2015. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes: BM&FBOVESPA (em 09 de outubro de 2015), BNDES (em 09 de outubro de 2015), FOCUS (em 09 de outubro de 2015) e Bloomberg (em 20 de outubro de 2015).

OPERAÇÃO	Risco	R\$		
		Provável Cenário (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS		3.694	14.505	25.315
Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários	CDI	3.694	14.505	25.315
PASSIVOS FINANCEIROS		(43.375)	(215.822)	(387.244)
DISCOUNT BOND TESOIRO NACIONAL - DÍVIDA 1996	Libor6M	(310)	(509)	(708)
CCB BRADESCO - 2007	CDI	(3.238)	(12.714)	(22.190)
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB A	TJLP	(224)	(1.109)	(1.912)
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB B	TJLP	(224)	(1.148)	(1.960)
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB D	TJLP	-	(1)	(2)
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB E	TJLP	-	(1)	(2)
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB N	TJLP	-	(2)	(4)
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB O	TJLP	-	(2)	(4)
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB P	TJLP	(1)	(7)	(12)
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB Q	TJLP	(1)	(7)	(13)
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 1	TJLP	(13)	(57)	(101)
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 2	TJLP	(614)	(2.955)	(5.142)
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 3	TJLP	(738)	(3.320)	(5.901)
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 4	TJLP	(738)	(3.735)	(6.400)
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 17	TJLP	-	-	(1)
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 18	TJLP	-	-	(1)
OPERAÇÃO 4131 BOFA - 2011	Libor3M	(349)	(514)	(679)
DEBÊNTURES - 8ª EM 2012	CDI	(6.022)	(23.642)	(41.263)
OPERAÇÃO 4131 CITI - 2012	Libor3M	(1.285)	(1.893)	(2.501)
BNDES - CAPEX 2013/14 SUB A	TJLP	(882)	(4.399)	(7.572)
BNDES - CAPEX 2013/14 SUB B	SELIC	1.509	(1.147)	(3.802)
BNDES - CAPEX 2013/14 SUB D	TJLP	(18)	(90)	(155)
BNDES - CAPEX 2013/14 SUB E	SELIC	31	(23)	(78)
BNDES - OLIMPIADAS 2013/16 SUB A	TJLP	(85)	(423)	(730)
BNDES - OLIMPIADAS 2013/16 SUB B	TJLP	(85)	(438)	(748)
BNDES - OLIMPIADAS 2013/16 SUB C	SELIC	248	(188)	(624)
BNDES - OLIMPIADAS 2013/16 SUB D	TJLP	(13)	(65)	(112)
BNDES - OLIMPIADAS 2013/16 SUB E	TJLP	(13)	(67)	(115)
BNDES - OLIMPIADAS 2013/16 SUB F	SELIC	38	(29)	(96)
CCB BANCO DO BRASIL - 2013	CDI	(2.227)	(8.759)	(15.309)
NOTA PROMISSÓRIA - 3ª EM 2015	CDI	(3.849)	(15.113)	(26.376)
DEBÊNTURES-9ª EM 2013 1ºS	CDI	(14.039)	(55.118)	(96.198)
DEBÊNTURES-9ª EM 2013 2ºS	IPCA	10.818	(939)	(12.696)
DEBÊNTURES - 10ª EM 2014	CDI	(12.257)	(48.241)	(84.399)
OPERAÇÃO 4131 CITI - 2014	Libor3M	(1.283)	(1.889)	(2.496)
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB A - ENERGIA	TJLP	(10)	(47)	(81)
BNDES - CAPEX 2009/10 SUB B - ENERGIA	TJLP	(10)	(49)	(83)
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 1 - ENERGIA	TJLP	(55)	(264)	(458)
BNDES - CAPEX 2011/12 SUB 2 - ENERGIA	TJLP	(33)	(157)	(273)
DEBÊNTURES - 2ª EM 2011	CDI	(5.759)	(22.609)	(39.460)
DEBÊNTURES - 3ª EM 2012	CDI	(383)	(1.504)	(2.624)
OPERAÇÃO 4131 CITI - 2012 - ENERGIA	Libor3M	(1.030)	(1.517)	(2.004)
BNDES - IGUATEMI 2010 SUB A	TJLP	(1)	(3)	(6)
BNDES - IGUATEMI 2010 SUB C	TJLP	-	(1)	(1)
BNDES - CASTELO BRANCO 2010 SUB A	TJLP	(2)	(9)	(15)
BNDES - CASTELO BRANCO 2010 SUB C	TJLP	-	(2)	(3)
BNDES - SÃO BENTO 2011	TJLP	(1)	(4)	(6)
BNDES - CENTRO MEDICO BOTAFOGO 2011 SUB A	TJLP	-	(1)	(2)
BNDES - CENTRO MEDICO BOTAFOGO 2011 SUB B	TJLP	-	(1)	(2)
BNDES - SP MARKET 2012	TJLP	(14)	(67)	(117)
BNDES - COCA-COLA 2013 SUB A	TJLP	(117)	(573)	(993)
BNDES - COCA-COLA 2013 SUB C	TJLP	(25)	(120)	(208)
BNDES - NOVA AMÉRICA 2013 SUB A	TJLP	(35)	(171)	(296)
BNDES - NOVA AMÉRICA 2013 SUB C	TJLP	(9)	(44)	(76)
BNDES - HOTEL HSC 2014 SUB A	TJLP	(14)	(68)	(117)
BNDES - HOTEL HSC 2014 SUB C	TJLP	(3)	(15)	(26)
BNDES - IGUATEMI CAXIAS 2014 SUB A	TJLP	-	(2)	(4)
BNDES - NORTE SHOPPING 2014 SUB A	TJLP	(10)	(50)	(87)
DERIVATIVOS		(30.047)	(128.330)	(226.574)
Swaps de moedas (ponta passiva)	CDI	(34.261)	(134.482)	(234.658)
Swaps de taxas (ponta ativa)	Libor6M	310	509	708
Swap de taxas (ponta ativa)	Libor3M	3.947	5.813	7.680
Swap de taxas (ponta ativa)	CDI	3.238	12.714	22.190
Swap de taxas (ponta passiva)	TJLP/CDI	(3.281)	(12.884)	(22.494)
TOTAL DE PERDA		(69.728)	(329.647)	(588.503)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do período)		14,13%	17,66%	21,20%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do período)		14,13%	17,66%	21,20%
TJLP (% fim do período)		6,50%	8,13%	9,75%
IPCA (% fim do período)		9,61%	12,01%	14,42%
Selic (% média do período)		14,15%	17,69%	21,23%
Libor3M (% fim do período)		0,33%	0,41%	0,49%
Libor6M (% fim do período)		0,53%	0,67%	0,80%

- Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto. O risco de crédito do contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia.

Apresentamos no item “a” desta nota, um quadro resumo dos instrumentos financeiros por categoria, cuja informação contempla o risco de crédito máximo da Companhia.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos, conforme definidos abaixo, e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

A definição dos grupos para alocação dos recursos está descrita conforme abaixo, bem como o percentual de participação atual na carteira da Companhia:

- Grupo 1 – Bancos Federais; Patrimônio Líquido: Não se aplica; *Rating* Mínimo: Não se aplica. Percentual na carteira: 17,7%.
- Grupo 2 – Instituições Financeiras com Patrimônio Líquido maior ou igual a R\$7 bilhões; *Rating* Mínimo: AA (S&P e *Fitch*) ou Aaa (*Moody's*). Percentual na carteira: 81,8%.
- Grupo 3– Instituições Financeiras com Patrimônio Líquido entre R\$1 bilhão e R\$7 bilhões; *Rating* Mínimo: AA (S&P e *Fitch*) ou Aaa (*Moody's*). Percentual na carteira: 0,3%.
- Grupo 4– Instituições Financeiras com Patrimônio Líquido entre R\$500 milhões e R\$1 bilhão; *Rating* Mínimo: A (S&P e *Fitch*) ou A2 (*Moody's*). Percentual na carteira: 0,2%.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas notas explicativas 17 e 18.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros e de seus limites de indicadores financeiros (*covenants*). A negociação dos limites de *covenants* e a obtenção dos respectivos *waivers* pelos credores está detalhada nas notas explicativas 17 e 18.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Dentro do processo normal de compra de energia e contratos de uso do sistema de transmissão, foram dados como garantia, principalmente em leilões de energia, no ambiente de comercialização regulado (ACR), conforme previstos nos contratos, recebíveis da controlada Light SESA, no montante de R\$2.680.684, no período de 2015.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Consolidado					
Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(7.475.359)	-	-	-	(7.475.359)
Pré-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(324.295)	-	-	-	(324.295)
Fornecedores	(1.131.274)	-	-	-	(1.131.274)
Swap	(719)	439.247	-	-	438.528

b) Gestão do Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	7.799.654	6.582.301
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	145.294	401.138
DÍVIDA LÍQUIDA (A)	7.654.360	6.181.163
Patrimônio líquido (B)	3.737.472	3.628.625
ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA - % $(A \div (B+A))$	67%	63%

c) Valor Justo Hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

	Consolidado			
	Mensuração do Valor Justo			
	30.09.2015	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Sem mercado ativo Nível 3
ATIVO				
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	336.864	-	336.864	-
Ativo financeiro de concessões (nota 10)	2.653.561	-	-	2.653.561
Swaps	695.380	-	695.380	-
TOTAL	3.685.805	-	1.032.244	2.653.561
PASSIVO				
Swaps	115.721	-	115.721	-
TOTAL	115.721	-	115.721	-

	Consolidado			
	Mensuração do Valor Justo			
	31.12.2014	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Sem mercado ativo Nível 3
ATIVO				
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	104.698	-	104.698	-
Ativo financeiro de concessões (nota 10)	2.446.443	-	-	2.446.443
Swaps	211.291	-	211.291	-
TOTAL	2.762.432	-	315.989	2.446.443
PASSIVO				
Swaps	16.770	-	16.770	-
TOTAL	16.770	-	16.770	-

O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Em relação ao ativo financeiro da concessão, classificado como disponível para venda, a inclusão no nível 3 se deve ao fato dos fatores relevantes para avaliação a valor justo não serem publicamente observáveis. A movimentação entre os períodos e os respectivos ganhos ou perdas no resultado do período estão evidenciados na nota explicativa 10, sendo que não houve nenhum efeito no patrimônio líquido.

34. SEGUROS

Em 30 de setembro de 2015, o grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de Riscos Operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) - Tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de Responsabilidade Civil e Geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguro Garantia Financeira – Comercialização de Energia e Judicial, Seguro Patrimonial – Compreensivo Empresarial (Imóveis Alugados), Seguro de Transporte Internacional – Importação, Seguro Viagem Corporativo e Seguro de Pessoas.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão e consequentemente não foram revisadas pelos auditores independentes.

A composição dos principais seguros considerada pela Administração é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Bruto (considerando Custo de apólice + IOF)
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2015	10.08.2016	40.350	160
Responsabilidade Civil e Geral	31.10.2015	31.10.2016	20.000	772
Riscos Operacionais ^(a)	31.10.2015	31.10.2016	6.968.852	3.058

^(a) Limite Máximo de Responsabilidade (LMR) de R\$300.000 - Indenização

^(a) Valor Total em Risco de R\$6.968.852

35. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

A Administração da Companhia considera que os segmentos são: distribuição de energia, geração de energia, comercialização de energia e outros (inclusive a holding). As eliminações compreendem os saldos, transações e participações acionárias entre os segmentos. A Companhia está segmentada de acordo com sua operação, que tem riscos e remunerações diferentes. A Companhia não possui nenhum cliente que corresponda a mais que 10% da receita ou contas a receber.

As informações por segmento para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014 estão apresentadas a seguir:

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 30.09.2015
Ativos :						
Ativo circulante	3.559.771	666.149	203.790	176.300	(371.741)	4.234.269
Outros ativos não circulantes	3.714.064	1.357	76.678	406	-	3.792.505
Investimento	19.304	626.422	-	3.728.225	(3.494.854)	879.097
Imobilizado	262.782	1.326.702	85.580	771	-	1.675.835
Intangível	4.075.275	2.752	1.372	156	-	4.079.555
TOTAL DOS ATIVOS	11.631.196	2.623.382	367.420	3.905.858	(3.866.595)	14.661.261

Passivos e Patrimônio Líquido:						
Passivo circulante	8.413.888	1.441.281	225.796	164.752	(371.741)	9.873.976
Passivo não circulante	771.128	277.782	3	900	-	1.049.813
Patrimônio líquido	2.446.180	904.319	141.621	3.740.206	(3.494.854)	3.737.472
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.631.196	2.623.382	367.420	3.905.858	(3.866.595)	14.661.261

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2014
Ativos :						
Ativo circulante	2.628.993	238.221	186.749	173.510	(272.221)	2.955.252
Outros ativos não circulantes	4.074.284	49.602	79.153	312	-	4.203.351
Investimento	19.424	601.473	-	3.621.983	(3.416.233)	826.647
Imobilizado	266.263	1.343.259	94.774	791	-	1.705.087
Intangível	3.940.558	2.248	906	145	-	3.943.857
TOTAL DOS ATIVOS	10.929.522	2.234.803	361.582	3.796.741	(3.688.454)	13.634.194

Passivos e Patrimônio Líquido:						
Passivo circulante	2.640.571	210.518	181.502	164.402	(272.221)	2.924.772
Passivo não circulante	5.807.357	1.221.670	50.869	901	-	7.080.797
Patrimônio líquido	2.481.594	802.615	129.211	3.631.438	(3.416.233)	3.628.625
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.929.522	2.234.803	361.582	3.796.741	(3.688.454)	13.634.194

Resultados por segmento:

Acumulado 9 meses	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2015
RECEITA LÍQUIDA	7.384.543	436.590	653.163	6.993	(416.323)	8.064.966
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(7.012.742)	(210.587)	(572.047)	(15.317)	416.323	(7.394.370)
Equivalência Patrimonial	-	23.607	-	111.579	(115.900)	19.286
RESULTADO FINANCEIRO	(425.651)	(113.928)	6.705	1.166	-	(531.708)
Receita Financeira	695.677	181.128	11.012	1.241	(4.871)	884.187
Despesa Financeira	(1.121.328)	(295.056)	(4.307)	(75)	4.871	(1.415.895)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(53.850)	135.682	87.821	104.421	(115.900)	158.174
Contribuição Social	4.903	(10.266)	(7.751)	(124)	-	(13.238)
Imposto de Renda	13.533	(28.536)	(20.951)	(135)	-	(36.089)
RESULTADO LÍQUIDO	(35.414)	96.880	59.119	104.162	(115.900)	108.847

Acumulado 9 meses	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2014 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	5.179.630	458.232	678.093	3.006	(397.419)	5.921.542
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(4.942.723)	(197.507)	(615.653)	(10.325)	397.419	(5.368.789)
Equivalência Patrimonial	-	(5.144)	(41)	147.397	(149.702)	(7.490)
RESULTADO FINANCEIRO	(265.155)	(68.416)	9.942	526	-	(323.103)
Receita Financeira	201.718	9.284	12.606	643	(6.751)	217.500
Despesa Financeira	(466.873)	(77.700)	(2.664)	(117)	6.751	(540.603)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(28.248)	187.165	72.341	140.604	(149.702)	222.160
Contribuição Social	1.631	(17.420)	(6.862)	(73)	-	(22.724)
Imposto de Renda	8.692	(46.751)	(18.631)	(48)	-	(56.738)
RESULTADO LÍQUIDO	(17.925)	122.994	46.848	140.483	(149.702)	142.698

36. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os períodos de 2015 e 2014, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Consolidado	
	Acumulado 9 meses	
	2015	2014
Encargos financeiros capitalizados (imobilizado e intangível)	24.802	23.706
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	47.971	68.956
Receita de construção (DVA)	731.549	648.614

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Reajuste tarifário da controlada Light SESA

Em 05 de novembro de 2015, foi aprovado pela Aneel o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado homologado representa um reajuste tarifário médio de 24,92% (ajustado pelo efeito do Reajuste Tarifário Extraordinário ("RTE")), com vigência a partir de 02 de março de 2015), englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) Estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 16,97%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) Financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, de 7,95%. Considerando a retirada do componente financeiro presente atualmente nas tarifas da Light SESA, de 8,64%, os consumidores observarão um aumento médio em suas contas de luz de 16,78%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 07 de novembro de 2015.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
EFETIVOS	SUPLENTE
Nelson José Hubner Moreira	Samy Kopit Moscovitch
Giles Carriconde Azevedo	César Vaz de Melo Fernandes
Fernando Henrique Schüffner Neto	Eduardo Henrique Campolina Franco
Marcello Lignani Siqueira	Daniel Batista da Silva Júnior
Marco Antônio de Rezende Teixeira	Rogério Sobreira Bezerra
Ana Marta Horta Veloso	José Augusto Gomes Campos
Marcos Ricardo Lot	Edson Rogério da Costa
Marcelo Pedreira de Oliveira	Luís Carlos da Silva Cantídio Junior
André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes	-
Silvio Artur Meira Starling	Eduardo Maculan Vicentini
Carlos Alberto da Cruz	Magno dos Santos Filho

CONSELHO FISCAL	
EFETIVOS	SUPLENTE
Luis Aniceto Silva Cavicchioli	Leonardo Rodrigues Tavares
Adriano Pereira de Paula	Jayme Silva Filho
Edson Machado Monteiro	Izauro dos Santos Callais
Rafael Amorim de Amorim	Moacir Dias Bicalho Júnior
Raphael Manhães Martins	Francisco Vicente Santana Silva Telles

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Roberto Ribeiro Pinto
Diretor Presidente e Diretor de Comunicação (interino)

João Batista Zolini Carneiro
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores

Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes
Diretor de Finanças

Andreia Ribeiro Junqueira e Souza
Diretora de Gente

Ailton Fernandes Dias
Diretor de Gestão Empresarial

Ricardo Cesar Costa Rocha
Diretor de Distribuição

Fernando Antônio Fagundes Reis
Diretor Jurídico

Luis Fernando de Almeida Guimarães
Diretor de Energia

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Roberto Caixeta Barroso
Superintendente de Controladoria
CPF 013.011.556-83
CRC-MG 078086/O-8

Simone da Silva Cerutti de Azevedo
Contadora - Gerente de Contabilidade
CPF 094.894.347-52
CRC-RJ 103826/O-9